

Ata da 2ª Audiência Pública de apreciação da versão revisada do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab.

Data: 29 de março de 2019

Horário: 14h20 às 18h00

Local: Auditório do Instituto Serzedello Corrêa – TCU – Brasília/DF

Participantes

Ministério do Desenvolvimento Regional: Adriana Batista Souza Naves, Alexandre Araújo Godeiro Carlos, André Braga Galvão Silveira, Camila Santana da Rocha, Carolina Baima Cavalcante, Elisa Sukanuma, Ernani Ciríaco de Miranda, Gláucia Tamayo Hassler Sugai, Ivon Mualem da Fonseca, Janaína Ferreira Batista, Lila Shalamar Aquino de Oliveira, Marcelo de Paula Neves Lelis, Magnus Caldeira, Roberta Pereira da Silva, Rogério Borges Marques, Samuel Weimar Cavalcante e Silva, Sergio Brasil Abreu, Sérgio Luís da Silva Cotrim, Tatiana Dumke da Silva, Thalia Martins Araújo de Oliveira e Vicente Melo.

Ministério da Economia: Cíntia Leal M. de Araújo Chagas e Sarita Cavalcante.

Ministério do Meio Ambiente: Tatiana Santana Timóteo Pereira.

Câmara: Marília Lira Miler Fonsêca.

Fiocruz: Alexandre Pessoa Dias, Fabiana Vaz de Melo e Fernando F. Carneiro.

Fundação Nacional de Saúde: Carolina Torres Menezes.

Tribunal de Contas da União: Dómine Castro Ferreira, Francis Cosme de Farias e Victor Marcuz de Moraes.

Universidade de Brasília: Cristina Brandão, Guilherme da Silva Pereira, Laís de Almeida Marques e Laís F. Moreira dos Santos.

Prefeitura de Teresina/PI: Erick Elycio Reis Amorim, Monique Menezes e Estela Miridan Rosas.

ASFFSN: Ivone Santos da Silva.

ASSEMAE: Sérgio A. Gonçalves.

CAESB/GDF: Severa C. A. Oliveira.

CNM: Priscila Bernardes Álvares.

CODEPLAN: Cecília de Faria Sampaio.

CORSAP/DF/GO: José Pires do Prado.

EMATER/DF: Letícia Martinez.

GIZ: João Paulo Freitas e Rita Cavaleiro.

PRESOL: José Valmir dos Santos e Marcílio Sales Rodrigues.

SEAGRI/DF: Cláudia Alessandra Gomes e Lara Line Pereira de Souza.

SELUR: Elias Miler da Silva.

SEMAD: Marcelo Martines Sales, Marco Aurélio H. Pinheiro e Paulo Sérgio de O. Resende.

SINDÁGUA/DF: Ígor Pontes Aguiar e Marcelo Germano.

Outros: Natalin da P. B. Pereira e Marcelo P. Silva.

Memória

1. Abertura

Em observância ao disposto no Art. 61 do Decreto nº 7.217/2010 e na Instrução Normativa nº 7/2019 do Ministério do Desenvolvimento Regional foi realizada, em 29 de março de 2019, a 2ª Audiência Pública para apreciação da versão revisada do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab.

A Audiência Pública foi iniciada às 14 horas e 20 minutos com a composição da mesa com as seguintes autoridades: Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis – Coordenador-Geral de Planejamento e Regulação, representando o Sr. Jônathas Assunção Nery de Castro – Secretário Nacional de Saneamento e o Sr. André Anderson de Oliveira Barbosa – Diretor de Relações Institucionais para Educação Corporativa do Instituto Serzedello Corrêa. Antes de passar a palavra aos componentes da mesa, foi exibido um vídeo institucional do Instituto Serzedello Corrêa.

Com a palavra, o Sr. André Anderson de Oliveira Barbosa deu as boas-vindas a todos e comentou brevemente sobre a missão institucional do Instituto Serzedello Corrêa. O Sr. Marcelo Lelis agradeceu ao Instituto Serzedello Corrêa pela disponibilização do espaço e a presença de todos. Comentou que essa segunda Audiência Pública da revisão do Plansab possui transmissão pela internet e que a Consulta Pública ao documento revisado está disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Regional. Comentou sobre a dinâmica a ser adotada nessa audiência e, de forma breve, relatou como se deu o processo de revisão do Plansab.

2. Apresentação da versão revisada do Plansab

Dando prosseguimento à Audiência Pública, o Sr. André Braga Galvão Silveira apresentou uma síntese da versão revisada do Plansab, ressaltando as principais alterações e inovações propostas para o Plano.

3. Apresentação de sugestões, críticas e contribuições

Após a apresentação, o Sr. Marcelo Lelis abriu o espaço à manifestação dos presentes, para a apresentação de sugestões, críticas e contribuições à versão revisada do Plansab e convidou, para compor a mesa dos trabalhos e auxiliar nos esclarecimentos, alguns dos técnicos da Secretaria Nacional de Saneamento que estiveram diretamente envolvidos no processo de revisão do Plansab: Ernani Ciríaco de Miranda, Rogério Borges Marques, Samuel Weimar Cavalcante e Silva e Sérgio Luís da Silva Cotrim.

3.1 Primeira rodada de contribuições

Sr. Marcelo Germano

“Meu nome é Marcelo. Eu estou querendo saber algumas coisas. É o seguinte, da reunião anterior, tem ata e gravação?”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Sim, ela será disponibilizada no site.”

Sr. Marcelo Germano

“No mesmo site da consulta? E tem previsão disso?”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Tão logo a gente conclua essa, demora um tempo, porque a gente tem que fazer toda a transcrição. Então, como foram... não foram muitas as intervenções, mas houve uma discussão bastante razoável, então, é um conjunto de informação que a gente precisa de um tempo para poder transformá-la em texto. Mas eu acredito que mais uns 15 dias a gente deve ter esse material todo disponível para consulta.”

Sr. Marcelo Germano

“15 dias... então acho que até passaria do prazo de final da consulta.”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Consulta é uma coisa e audiência é outra. Não tem impacto, necessariamente. A consulta está aberta...”

Sr. Marcelo Germano

“Mas seria importante até para a gente poder ver o que já foi discutido etc. e tal. Seria importante a gente ter acesso a isso mais rápido, é importante!”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Ok.”

Sr. Igor Pontes Aguiar - SINDÁGUA-DF

“Boa tarde a todos! O meu nome é Igor, eu trabalho na empresa de saneamento aqui do Distrito Federal e também sou membro do sindicato da categoria, e queria agradecer a oportunidade do debate, acho que é importante, por um tema tão delicado e de antemão queria solicitar aos senhores, Sr. Marcelo, Sr. André Silveira que estiveram aqui responsáveis pela apresentação, já apresentar um requerimento aqui mesmo verbal de que fosse feito um adiamento em relação ao prazo limite de apresentação de sugestão de, pelo menos, 30 dias. O que a gente veio tomar conhecimento da revisão do Plansab muito recentemente e é um Plano que tem um conteúdo denso, um conteúdo complexo, vocês mesmos falaram que demorou aí cerca de 17 meses para poder fazer a revisão e a gente precisa de um tempo hábil também para poder nos organizarmos e fazermos proposições. De início também, assim, eu sei da dificuldade dos senhores, enfim, das reuniões já executadas, mas no Plansab original foi previsto também a realização de audiências regionais, então é uma outra sugestão que eu acho que é interessante também levar em conta, embora a legislação não obrigue a fazer isso, só determina as duas audiências públicas, mas é relevante também para aqueles que não puderam estar aqui em Brasília hoje nesse auditório que

pudessem também ter oportunidade de debater presencialmente que, por mais que seja disponibilizado pela internet, não se confunde a qualidade de uma audiência presencial como aquela que é feita por participação de mídias sociais. Bem, uma outra coisa, assim, como eu falei a gente não teve muito tempo para fazer uma leitura mais detalhada do Plano, mas inicialmente a gente queria abordar um tema de uma maneira geral, que foi a citação na revisão do Plansab da Medida Provisória 868 de 2018. Ela é uma Medida Provisória criada a toque de caixa pelo governo anterior que foi recentemente preso na Operação Lava Jato. Ele lançou essa MP no fim do seu governo, dia 27 de dezembro de 2018, então é uma MP que, enfim, não passou pela apreciação do Congresso Nacional. É uma MP também que repete a redação de uma outra MP anterior, que é a MP 844 de 2018 que, ela não teve aprovação, ela não foi de interesse da aprovação no Congresso Nacional, mas ela tem citações no Plansab. Então acho importante excluir essa MP da revisão uma vez que ela ainda é precária, ela não está ainda aprovada. E destacar que é uma MP que foi amplamente condenada por diversos atores do saneamento. Eu posso citar aqui Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES condenou essa MP 844 que é a mesma redação da atual que é 868, a ABAR que é Associação Brasileira dos Agentes Reguladores, ASSEMAE que é Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, FNP que é Frente Nacional dos Prefeitos. Então, é amplamente condenável essa MP, e eu acho temerário que ela esteja presente em nosso Plansab, porque foi um MP já com lobby, preparada para destinar o saneamento ao setor privado sem uma discussão madura com a sociedade, mas simplesmente a toque de caixa como eram quase todos os projetos que a gente observava no governo anterior. E como eu falei, o foco dela não é, necessariamente, a melhoria ou a universalização, não é necessariamente as diretrizes, as estratégias que foram aqui colocadas, mas simplesmente atender a interesses privados destacando que a gente vai estar caminhando na contramão do que é feito no mundo. A gente viu situações aqui perto de nós que não deu certo essa estratégia como, por exemplo, a Bolívia onde teve a revolta lá em Cochabamba, onde as pessoas eram proibidas até mesmo de captar água da chuva e não conseguiram pagar pela água, na Argentina também um outro exemplo, esse países pertos da gente. Mas tem países distantes também, países desenvolvidos com sistema de fiscalização já consolidado, como a cidade de Paris na França, como a cidade de Berlim na Alemanha que também observaram que essa estratégia de simplesmente resolver os problemas de saneamento com a solução mágica da privatização ela não é coerente, lá nesses países, até mesmo nesses países, como eu falei, com fiscalização consolidada foi verificada a fraude contábil, foi verificada questão de falta de investimentos estruturantes essenciais e também até mesmo prejuízo à qualidade da água que nós bebemos. Então, até mesmo nos países que já têm todo um sistema desenvolvido, uma cultura de muitos anos não deu certo lá, então, não sei por que acham que vão dar certo aqui se não para atender interesses que não são públicos, são interesses exclusivamente privados. Uma outra questão também que é necessário colocar, de fato há uma crise econômica e o Plano coloca uma parte que eu pude ver rapidamente, coloca essa questão desde 2014, mas diante da necessidade e de uma crise econômica a gente está falando de saneamento público que é um serviço essencial à vida, saúde e dignidade das pessoas, então a gente vai apostar que o setor privado vai assumir isso? Eles vão para os locais onde tem alto potencial de lucro, e onde não tem? Onde não tem saneamento vão ficar desprovidos de serviços essenciais à vida dessas pessoas e o saneamento rural que não é interessante financeiramente, como é que vai ficar o atendimento a essas pessoas dessa área? Então, é um caminho que está sendo levado aí que prejudica a saúde das pessoas, que leva em conta muito mais uma mercantilização do direito do que propriamente a visão do saneamento como direito e com o princípio de se alcançar a universalização. Então, nesse sentido, vemos com muito prejuízo essa questão dessa inversão dos investimentos dos agentes federais que, anteriormente, era 60% e 40 das entidades sub nacionais e, posteriormente, agora nesse novo Plano está se propondo uma menor responsabilidade, um corte expressivo na

responsabilidade do Governo Federal em relação a esse serviço tão importante para a população que não pode deixar de ser priorizado. Quem vai sofrer com isso são as populações mais pobres como a gente observou em vários locais e como a gente tem visto, por exemplo, na questão do atendimento de abastecimento de água que é um serviço extremamente sensível, e que teve uma redução por que estamos vivendo uma crise hídrica, uma crise sanitária no Brasil em que não se respeita a determinação de que o abastecimento de água seja... abastecimento humano de água seja prioridade, a gente vê outros usos sendo priorizados e a estratégia de focar no setor privado só vem a fortalecer mais ainda um fortalecimento de uma crise hídrica e uma crise sanitária contra a população. Então eu queria agradecer, para concluir, os senhores pela apresentação, e reforçar o requerimento encarecidamente aos senhores Marcelo, André Silveira, que estão aqui representando a Secretaria Nacional de Saneamento que, por favor, viabilizem essa prorrogação do prazo para que possamos nos inteirar melhor do Plansab e poder fazer sugestões que possam colaborar nesse importante serviço. Obrigado a todos, e é isso!”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Obrigado Igor! Até para a gente conseguir ter uma dinâmica melhor aqui eu vou propor que a gente tenha mais duas falas e aí a gente volta para mesa. Acho que era a sua, mas aí você, por favor, na sequência. Obrigado! Você terá sua vez, não se preocupe! Só lembrando, por favor, eu peço que se identifiquem.”

Sr. Alexandre Pessoa Dias - Fiocruz

“Boa tarde a todos e todas! Eu me chamo Alexandre Pessoa Dias, eu sou engenheiro civil sanitaria da Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro, sou doutor em Medicina Tropical e a minha atuação profissional toda é relacionada com saneamento. Eu gostaria de parabenizar a todos pela presença nessa audiência, estamos falando do Plano Nacional de Saneamento Básico, que a relação com a saúde é indissociável, com a melhoria das condições de vida, com os direitos humanos e numa perspectiva não somente da prevenção da doença, mas na perspectiva da promoção da saúde. É... bom... a maioria dos senhores já conhece a Fundação Oswaldo Cruz ela é vinculada ao Ministério da Saúde, é uma instituição secular de 1900, é onde o saneamento está no seu DNA. As primeiras expedições do Instituto Oswaldo Cruz já colocavam, desde o século passado, retrasado, a necessidade do saneamento, então de fato, o Estado tem uma dívida histórica com relação ao saneamento tanto urbano quanto o rural. Eu gostaria de trazer e, nesse sentido, o saneamento é uma das principais linhas de ações da Fundação Oswaldo Cruz. Eu gostaria de passar para o Dr. Marcelo, enquanto coordenador da atividade, um livro saneamento e saúde que foi publicado em 2018 que é um verdadeiro estado da arte da nossa concepção de saneamento, da sua relação com a saúde. Então, gostaria de passar uma cópia para o Dr. Marcelo e eu entendo que essa seja também uma contribuição de conteúdo para apreciação da revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico. O segundo documento que eu gostaria de passar é um ofício ao Ministério da Integração Nacional cujo assunto é requerimento da prorrogação do prazo de encerramento da consulta pública de revisão do Plansab: 1) o prazo estabelecido para a revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico está previsto para o período de 7 de março a 8 de abril de 2019; 2) considerando que o Plano Nacional de Saneamento Básico é estratégico para saúde pública e melhoria das condições de vida da população brasileira e que para sua atualização e fortalecimento é fundamental viabilizar a participação social dos especialistas do setor, dos agentes públicos das diversas áreas relacionadas ao saneamento e da população em geral. Diante da relevância desse processo, vimos requerer a prorrogação do prazo de conclusão de Consulta Pública para mais um mês com o novo prazo de conclusão para 8 de maio de 2019,

bem como a realização de nova audiência pública para fins de abril. Desde já agradecemos a atenção dispensada ao nosso pleito, e nos colocamos à disposição em contribuir no fortalecimento das políticas públicas de saneamento e saúde. Subscrive Dr. Marco Antônio Carneiro Menezes, vice-presidente da Fundação Oswaldo Cruz. Eu gostaria de protocolar esse requerimento. Bom, dito isso, por último, em termos de documentação, eu gostaria de apresentar um texto desenvolvido pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz, cujo título é “Políticas de austeridade e seus impactos na saúde”, que eu também gostaria de passar para o Dr. Marcelo porque ele expressa uma análise de contexto de como está a situação da saúde pública no Brasil diante, não somente da crise econômica, mas como dos caminhos das políticas que estão sendo apresentadas para a superação dessa crise por meio da austeridade. Esse assunto tem relação direta com tema porque tem a ver com a questão da gestão pública e tem a ver com percentual do orçamento que a União vai colocar para o Plano Nacional de Saneamento Básico. Nós entendemos, como foi dito pela apresentação anterior, que a inversão de 60 a 40 que, anteriormente, no Plansab num esforço muito grande de estudo de vários sanitaristas e de alguns especialistas que estão presentes aqui, colocou o papel fundamental da União para poder garantir a efetividade da consecução do Plano a caminho da sua universalização. A inversão desse fator de 40% para União depositando 60% para os municípios, diante da análise tributária e da crise pelas quais passam os municípios, infelizmente o argumento do palestrante como justificativa é que existe um processo de privatização que viabiliza isso, mas eu entendo que isso colide com princípio do direito humano que nós entendemos que é o que tem que ser permeável às orientações da saúde pública do saneamento. Eu gostaria de passar esse documento. E, agora de forma itemizada, eu vou apontar algumas questões que foi possível com uma certa brevidade fazer uma análise do Plano. Eu quero dizer para os senhores que o tempo foi insuficiente para o envolvimento, eu vejo que esse auditório, inclusive, ele deveria estar muito mais cheio do que ele está, eu posso dizer que ele está vazio e o tema do saneamento requer uma ampla participação das pessoas. Então, veja bem, eu gostaria de pontuar no sentido da discussão para a elaboração, sem dúvida que nós iremos apresentar as devidas propostas adicionais. Agora, o intuito é o fortalecimento do Plansab. E uma primeira avaliação que eu faço, mesmo que preliminar, é que eu acho que o Plansab foi fragilizado em relação ao Plansab anterior. Foi apresentado, anteriormente, os relatórios de acompanhamento anual. Eu gostaria de sugerir que esses relatórios fossem disponibilizados inclusive no site da consulta pública, porque no site da consulta pública só temos dois documentos: o Plansab vigente e a proposta de revisão. É fundamental para a população e os especialistas terem acesso aos relatórios. Eu gostaria de, também, ter um esclarecimento com relação ao relatório de 2017 e o relatório de 2018, tendo em vista que só foi apresentado três relatórios e esses relatórios por lei eles têm que ser anuais e a revisão, ela sim, ocorre a cada quatro anos. Então, eu gostaria de um esclarecimento com relação ao relatório de 2017 e 2018. E essas datas são muito importantes diante da redução de recursos do saneamento que ocorreu nos anos recentes. A apresentação do Plano, que me antecedeu, apresentou um cenário de 2010 e 2017 contínua, apresentando nas categorias do adequado, inadequado e inexistente, como é que foi a curva, tendo em vista que o próprio Plano apresenta, a título de exemplo, o orçamento oneroso e não-oneroso de forma contínua, mas o impacto que se traduz para os sistemas de saneamento não estão apresentados de forma contínua e isso dificulta nossa avaliação. Eu gostaria de perguntar à equipe de revisão do Plansab se existe algum estudo desse período de curto prazo do Plansab, dessa primeira etapa, para fazer uma sistematização do que de fato foi executado e o que não foi executado somando os quatro anos dessa primeira etapa. Esse documento, senhores, ele é balizador para nossa análise crítica e eu tenho convicção que os especialistas do Ministério se debruçaram com relação a isso. Então, essa análise crítica precisa ser passada para a academia, para as instituições de pesquisa, para a população de uma forma geral para dar subsídio. Vocês percebam que, de certa forma, estou

fundamentado em argumentos sólidos a nossa proposta de prorrogação do prazo. O primeiro componente... [sim é importante que seja inclusive gravado, e que possa ser disponibilizado os argumentos que nós estamos colocando]. O primeiro elemento com relação às bases legais no capítulo 2, ele coloca de forma pertinente, a partir, inclusive, da primeira versão do Plansab, a questão do direito humano. Direito humano ele, na verdade, no programa todo só é citado duas vezes. Nessa introdução, na página 12 e citado a partir do Programa Nacional de Saneamento Rural. Eu acho que a questão do direito humano é uma referência importante para nós, porque nós estamos falando da vida e da dignidade. Para reflexão de todos, eu gostaria de chamar a uma reflexão em que medida podemos colocar o direito humano como um tema transversal ao Plano. Se assim fosse, nós poderíamos colocar, inclusive, direito humano como um princípio. A partir dos princípios que foram elencados, eu acho que esse marco é um marco fundamental, no sentido de garantir o direito à saúde pública. Então, em sendo um princípio, alguns componentes do princípio foram reduzidos no texto, aí sim poderíamos explicitar o que significa saúde e direito humano. E aí caminhar, inclusive, um pouco mais alinhado com a legislação internacional e com os próprios ODS que estão, inclusive, pontuados no Plansab. Eles estão colocados como marcos legais, mas nós queremos colocar numa densidade de um fundamento transversal ao processo. Segundo componente, a Medida Provisória 868, como já foi colocado anteriormente...”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Alexandre, se me permite, eu queria pedir que você fosse um pouco mais breve, para que a gente dê a oportunidade a outras pessoas, também, de contribuir. Por gentileza!”

Sr. Alexandre Pessoa Dias - Fiocruz

“Perfeitamente! Ele está na página 13, 97, 87 e eu não vou detalhar as diversas divergências que houve no setor de saneamento com relação a isso. Inclusive, a partir da própria sugestão que foi dada agora pelo Dr. Marcelo. Agora, Dr. Marcelo, e equipe que está apresentando a revisão, nós achamos inadequado uma Medida Provisória ser colocada no Plansab. Ela ainda não foi aprovada no Congresso. Trata-se de um instrumento frágil e nós solicitamos que seja excluído, que ele não seja mencionado porque ele não agrega ao Plano, ele ainda está numa discussão a título da política nacional de saneamento. O PPI apresentado na página 13 e 14, com os editais do BNDES, eles são programas pontuais e nós sugerimos a sua supressão. Foram excluídas no item 4.1, as análises dos dados desagregados quanto aos indicadores socioeconômicos, de renda, escolaridade e cor da pele. Claro que eu li o documento, dentro do possível, lá nas recomendações tem uma justificativa importante falando que esses indicadores voltarão na revisão de médio prazo prevista para 2022. Agora, eu acho que é possível sim nós, a título do que foi na primeira versão, trazer os dados a partir do PNAD do que que significa o acesso ao saneamento na sua diferenciação de renda, escolaridade e cor da pele. Óbvio que eu estou falando à luz da epidemiologia e eu estou considerando o conceito fundamental de estudo nosso, que é vulnerabilidade socioambiental das populações do nosso País. A questão da inversão de 60 a 40% eu peço a inversão da inversão, sabendo que o saneamento deve ser uma gestão pública e o Governo Federal tem que viabilizar a partir dos recursos disponíveis. Foi dito sobre as diretrizes estratégias e, de fato, caiu de 41 para 15. Dizer sobre as diretrizes estratégias é o que norteia o Plano e nós precisamos de tempo hábil para avaliar exatamente o que significou a supressão, a eliminação e a síntese. Pode ser, de fato, que numa perspectiva racional tenhamos que diminuir, não há problema nenhum, mas precisamos entrar no mérito do que cada diretriz significa, lembrando que o Plansab, da primeira versão, foi um processo de grande participação

do setor, inclusive, com 10 seminários regionais. O Ministério do Desenvolvimento Regional poderia talvez pensar numa possibilidade de regionalizar novamente esse debate.”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Conclua, por favor, Alexandre! Para a gente dar oportunidade às outras pessoas também de participarem. Por gentileza! Acho que tem outras pessoas que querem contribuir também e a gente gostaria de ouvi-las. Então, você pode encaminhar depois por escrito. A gente já recebeu o seu documento. Por gentileza, seja breve!”

Sr. Alexandre Pessoa Dias - Fiocruz

“Eu gostaria de saber o que resultou na evolução do Plansab agora para a emenda, referente ao Programa Estruturante e ao Programa Integrado de saneamento. Porque esses programas têm relação direta, inclusive, para estruturar o Programa Nacional de Saneamento Rural. Ou seja, senhores, veja a complexidade! O tema é extenso. Peço desculpa por ter me estendido, mas acreditamos que precisamos ter mais tempo para avançar na discussão de saneamento. Obrigado!”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Obrigado! Próximo por gentileza.”

Sra. Priscila Bernardes Álvares - Confederação Nacional de Municípios (CNM)

“Meu nome é Priscila, estou aqui representando a Confederação Nacional de Municípios, trabalho na área técnica de saneamento. As nossas inquietações, elas serão enviadas via consulta pública, mas queria de antemão agradecer a equipe do Plansab do Ministério porque eu sou sempre muito bem atendida pelo Alexandre, pela Elisa, pela Tatiana, são pessoas muito queridas para poder tratar das nossas dúvidas no Ministério. Bom, nosso primeiro ponto de solicitação veio com o nosso colega da ADASA que pediu o adiamento da consulta pública. Também é uma solicitação da Confederação Nacional de Municípios apesar de já termos feito todas as justificativas, mas a gente acha que, em considerando que existe uma MP dentro de um documento desses, que ela ainda não foi aprovada que ela está lá dita como dada, que temos aí ainda modificações não há por que constar essa Medida Provisória dentro do Plansab até porque, caso ela seja aprovada, precisaremos também rever algumas questões do planejamento de saneamento. Então não cabe uma MP dentro de um documento e quiçá se até a consulta pública fosse adiada até para a prorrogação porque ela caduca agora dia 4 de abril. Então, creio que ela vai ser... é 4 de junho? Não, não! É 4 de abril... ela caducaria se ela não... né? E aí ela vai até 4 de junho. Então a gente tem um longo caminho para tratar de uma questão que impacta profundamente o saneamento básico nos municípios. Convidamos, inclusive, o Secretário Jonathas para participar da Marcha dos Prefeitos no dia 8 ao dia 11 para tratarmos sobre o aperfeiçoamento dessa Medida Provisória. Porque alguns artigos ali são muito complicadores, principalmente para os municípios com menos de 50 mil habitantes. Bom, eu aqui vou trazer três pontos que eu acho, assim, muito importantes na questão do Plansab. Bom, o sistema de informações de pesquisas oficiais disponíveis, eles não são suficientes e não são exatos para a correspondência de valores e conceitos. Inclusive até está dito dentro do Plansab e daí, claro que foram assumidos alguns pressupostos dentro disso, mas a questão é que o Plansab, se a gente for verificar, tem ali praticamente 8 bases de dados trazendo dados para poder colocar dentro de um

documento e isso é muito complicado. Então eu acho que uma hora algum Governo vai ter que tomar rédea da coisa e verificar quais bases de dados a gente vai utilizar. Porque eu sei que base de dados é poder e todo mundo quer poder. Então IBGE quer poder, o SNIS quer poder, o Siságua quer poder, a ANA, enfim. Mas não dá para a gente trabalhar, falar de planejamento com base em tantos dados cada um com a sua metodologia, cada um com a sua... com seus resultados, para a gente falar de planejamento de um setor, fica muito difícil isso. Então, quais as diretrizes do atual governo para minimizar essa pulverização de base de dados do saneamento básico no País? A segunda questão que nos muito preocupa é a questão dos investimentos. Que... na nossa discussão passada até foi falado que eles estavam assegurados pelo Plansab. Só que assim, para nós da CNM, a gente continua a primeiro, achando que os investimentos eles são irrisórios para a área de saneamento e, desses 40%, que a gente discorda completamente dessa inversão dos 60 para 40%, porque saneamento básico é de titularidade do município, mas ele é tripartite: é de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios. Então, quando o Governo Federal está falando em universalizar, universalizar com que dinheiro? Que a universalização pública é uma coisa, universalização privada é outra coisa. Vai universalizar para quem? Com a questão dos recursos ali de 60%. Então, a minha pergunta, inquietação, é para quem são esses recursos e para onde eles serão destinados, os 40%? Para grandes, médios ou pequenos municípios? Porque a gente tá falando de 88% do País que, praticamente, depende de recursos não-onerosos, do OGU. Então, eles vão atrás desses 40% que vai ter disponível e vai disputar com grandes cidades, metrópoles que têm equipe técnica, que já têm apoio financeiro? Ou seja, eles vão continuar sem acesso aos recursos federais para investir na área de saneamento. E é até engraçado porque lá nos cadernos, agora, que foram apresentados, os senhores podem observar que tem quatro cadernos que são para a área de resíduos sólidos. Então, gestão de resíduos sólidos, energia... eficiência energética de resíduos sólidos, tem quatro! Mas, quando a gente vai ver o investimento, a parte de resíduos sólidos é sempre a que menos tem recurso a ser destinado a eles. E quando a gente vê essa questão, dessa gestão pública que minimiza o recurso para a gestão de resíduos sólidos, mas maximiza os seus resultados, isso é um pouco contraditório. Então, assim, a gente queria saber sobre essa questão desses recursos, porque isso preocupa! E preocupa também quando a gente fala a questão de planejamento na área de resíduos sólidos, quando tem isso destacado dentro do Plansab. Até que ele fala que ainda não temos o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, mas ele fala do planejamento de gestão de resíduos sólidos em nível nacional. Que planejamento, senhores? Nós não temos o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, os Estados não auxiliam os municípios na área de consorciamento. Agora não vem Ministério Público prender o Presidente da República, não vem Ministério Público prender governadores, não vem Ministério Público prender Secretários Nacionais, mas Ministério Público vem prender e vem responsabilizar os Prefeitos. Então, é muito discrepante o que hoje acontece quando a gente fala de política nacional de resíduos sólidos. E a gente gostaria que fossem retirados ou revistos alguns adjetivos dados aos municípios dentro do Plano, e a gestores públicos, como letargia dos municípios, desorganização da prestação de municípios, desentendimentos político-partidários. Por quê? Porque quando se fala da União tem lá: o MMA fez uma modelagem territorial, modelagens territoriais ótimas das entidades consorciadas. Então, a União é legal, os municípios têm um monte de coisa ruim. Então, a gente gostaria que essa visão, ela não fosse colocada assim dentro do Plano. Até porque a gente sempre insistiu que, se os municípios têm problemas, eles carecem de que a União e os Estados os apoiem, principalmente na parte financeira e técnica. Bom, e por fim, a última questão... era isso... não, era só isso! As outras questões a gente vai enviar para vocês. E agradecer a equipe técnica em relação a isso. Lembrando que a preocupação da CNM é, principalmente, em relação à questão dos recursos, aonde estarão esses recursos, estarão destinados para quais secretarias, como acessarão esses recursos? E não vale aqueles recursos tipo da Funasa, olha, a Funasa

disponibilizou para os municípios um caminhão de coleta seletiva desde que a cidade tenha Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, desde que a cidade tenha coleta seletiva, desde que a cidade tenha aterro sanitário. Senhores, se o município tem tudo isso ele não vai precisar de um caminhão! Então, a gente chama pau de sebo, os recursos da Funasa: tá lá em cima, Município! Vocês que não conseguem acessar, vocês que não conseguem pegar! Então, a gente precisa realmente verificar que tipo de recurso, para quem são esses recursos, e quem consegue acessar esse recurso para dar vazão e para dar prioridade e pujança na questão do saneamento básico no País. Muito obrigada!”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Obrigado, Priscila! A gente ia fechar aqui, mas como o Dr. Sérgio já se inscreveu aí... por gentileza, Sérgio. Aí a gente, na sequência, retorna aqui para a mesa poder fazer alguns comentários.”

Sr. Sérgio Antônio Gonçalves - ASSEMAE, ABES, FNSA, ONDAS

“Dr. Marcelo, cumprimento a mesa! Uma boa tarde a todas e a todos! Sérgio Antônio Gonçalves. Estou aqui representando também algumas entidades do setor de saneamento, como a ASSEMAE, como a ABES, como a Frente Nacional de Saneamento Ambiental, o ONDAS. E dizer que, é só alguns pontos muitos rápidos, claros, porque os documentos serão encaminhados posteriormente, conforme a deliberação, conforme o rito. Mas, deixar claro que nos juntamos às falas anteriores pedindo a prorrogação do prazo, também essas restrições, por quê? Não é pedir uma prorrogação por um pedido ou me juntar em prol de um... só de uma dilação. Para que se tenha, e eu tenho certeza disso, que toda a equipe técnica do Ministério trabalhou para que se tenha o melhor Plano possível, esse é o trabalho a que vocês estão se dedicando, para que nós possamos contribuir da melhor forma possível nós temos que ter as transcrições e não terá tempo para isso. Só isso já é o suficiente para se pedir uma prorrogação de prazo. Porque até da primeira audiência e essa, até você ter isso disponibilizado no site para poder se organizar e outros documentos também que já foram falados aqui, que não estão colocados à disposição. Então, só isso já é o suficiente, pelo acesso à informação, que é um direito, ela se torna necessária até para se preservar todo esse processo que é o que nós queremos. Nós estamos aqui para construir o melhor Plano possível. Por isso é que nós estamos aqui! Agora, para isso nós precisamos também ter os instrumentos necessários. Então, esse é o... juntando-se a esse pedido de prorrogação que vai ser salutar para todos. Um comentário... foi uma conta rápida, e se eu estiver equivocado já quero que seja corrigido, mas, em dois momentos foi se colocado investimentos até 2023 que é uma primeira fase. Quando se soma 25 com 15 você vai dar, dividido pelos 5 anos, dá 8 bilhões. Menos do que a média que já não é boa. Se você está se propondo a colocar menos do que a média que estamos dizendo que não é boa, tem alguma coisa que nós precisamos, minimamente, repensar. Outra: está colocado numa lâmina que tem 25 bilhões até 2023 para alguns componentes, e uma outra lâmina com mais 15 bilhões para um componente específico. Se somarmos ela e dividirmos pelos 5 anos, dá 8 bilhões/ano, correto? Se eu tiver equivocado me corrijam, claro! Mas eu vi as duas lâminas, 25 bilhões mais 15 bilhões, dá 40 bilhões, dividido por 5 anos dá 8 bilhões. Menos do que se colocou durante o processo do PAC inteiro, em média, que foi praticamente 12 bilhões, que já não eram suficientes não vamos entrar, não é a nossa... por quê que deu certo, não deu certo o que que tem, isso é um outro processo! Mas eu estou falando que esses recursos já se demonstram insuficientes por início de processo, para se colocar que até 2033 se tenha um valor. Essa questão pontual dos 60 - 40 é para nós um ponto importante. Ele não significa só recurso, essa inversão significa o quê

que se tem, do que se acredita que é universalizar o saneamento do País. Isso para nós também é um equívoco! Aí eu vou dizer... e vou usar um dado que foi dado, dentro ainda em janeiro, numa reunião que participamos do Ministério do Desenvolvimento Regional, aonde a empresa de consultoria KPMG apresentou ao Secretário de Saneamento, os estudos sobre o saneamento e usou um paralelo com setor elétrico, ele usou, e hoje essa pessoa que usou que era técnico da KPMG, hoje é um Secretário Nacional da área de Economia, está no Ministério atual hoje da Economia. Ele disse que o Governo Federal tem hoje 98% de cobertura no sistema elétrico, colocando o dinheiro de OGU, fora os outros processos. E hoje precisa dados feitos pela empresa privada de consultoria, 50 bilhões/ano para manter o sistema. Nós não estamos falando em universalizar, o dado é: após a universalização, de 98% quase isso, o sistema elétrico necessita colocar de manutenção e para manter, 50 bilhões/ano. Aí nos falamos de saneamento e trabalhamos que 10 bi é muito, 15 bi é muito, o quê que é muito? Não é? Nós temos que agora repensar o quê que é muito? O quê que é muito, que dinheiro é esse? Só se teve a universalização do setor de energia por que o Governo Federal investiu maciçamente com o “Luz para todos”! Senão não teríamos, como teremos que ter um “Água para todos”! Onde a União vai ter que entrar junto, não falo União, eu falo como o Estado Brasileiro: os Estados, os Municípios e a União entrarem fortemente com investimentos. Então, nós também temos que sair dessa síndrome de que é muito, não é não! Tem que colocar dinheiro, sim! Se um país quer avançar, ele tem que colocar recursos sim! Como fez... como exemplo eu estou usando esse paralelo porque foi o paralelo usado na reunião no Ministério na área de saneamento e foi usado o setor elétrico como um paralelo. Então, eu estou me apropriando dos dados que não é meu, que não são meus, é da KPMG, dados do Ministério do Desenvolvimento Regional, dizendo que precisa de 50 bi. Então, eu acho que esses números não são para falar de números pelo número, é o quê que ele significa, é o quê que significa, qual é a nossa posição para o setor? Que envolve as vidas humanas, que envolve saúde pública, que já foi muito bem colocado, e o quê que nós realmente vamos precisar enfrentar e não ter medo de se falar que é, que precisamos de quase 600 bilhões. Tá, qual é o problema? Precisamos! Então vamos ter que colocar, vamos ter que repensar! Já encerrando... perdão! Vamos ter que repensar o quanto pagamos. Só pelo arrolamento da dívida pública, essas coisas... para a gente começar a pensar, o quê que é mais importante? Muito obrigado!”

3.2 Esclarecimentos e comentários da equipe da SNS/MDR

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Obrigado Sérgio! Bom, a gente vai fazer aqui uma primeira rodada, a ideia é fazer alguns esclarecimentos e não fazer... não rebater nenhuma crítica. Eu lembro que qualquer proposta ou sugestão de alteração do que está na redação do documento, o documento está em processo de consulta pública, então não há qualquer objeção de que seja feita proposta para alterar o texto que lá está. Então, cito aqui como exemplo a questão da MP que foi mais de uma vez comentada, a passagem no texto da MP, então esse tipo de sugestão a gente, mais uma vez, aqui reforça e outras também que foram colocadas aqui, que sejam encaminhadas via o procedimento de consulta pública que está em aberto. Já aproveitando para falar com relação ao prazo, a gente já vem trabalhando sim nessa ótica, talvez não um prazo tão dilatado como foi comentado aqui, mas a gente tem procurado nesse processo obter o máximo possível de contribuição. Por outro lado, a gente tem um cronograma que a gente tem que observar porque tem algumas etapas subsequentes que visam, entre outras, a discussão em alguns conselhos nacionais e a gente tem o intuito também de concluir esse trabalho para que a gente possa utilizar o Plansab como subsídio para a discussão do próximo PPA. Então, há a possibilidade, a gente está trabalhando com essa

ótica de ampliar um pouco esse prazo, talvez aí por mais uns 10 dias. A gente deve divulgar isso no início da próxima semana. Com relação, especificamente, eu vou passar aqui para que os colegas possam também contribuir em pontos específicos que foram colocados aqui... eu já aproveito para agradecer também os documentos que a Fiocruz encaminhou hoje que são documentos que, seguramente, contribuem bastante não só para o nosso trabalho, mas para o setor como um todo, e a gente conhece o trabalho histórico da Fiocruz e, com certeza, isso enriquece muito a atuação da secretaria de saneamento. Um breve comentário a respeito daqueles 40% que a Priscila coloca quanto ao foco, acho que esse foco obviamente que ele vai ter que ser trabalhado. A gente sabe da necessidade, obviamente, dos municípios, sobretudo os mais carentes, e onde reside boa parte do déficit nacional, então a gente está com foco voltado para isso. A ideia é que aqueles prestadores, aqueles municípios que tenham capacidade de endividamento, que possam buscar recurso oneroso que assim o façam para que a gente possa direcionar o recurso não-oneroso para aqueles que não têm condição de fazê-lo. E da mesma forma também o outro comentário que você fez específico do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que é uma política que é coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, eu só lembro que dentro do Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plansab, a gente tem a questão do manejo de resíduos sólidos, portanto, o Plano naquilo que compete aos resíduos sólidos urbanos é feita uma abordagem em que pese a gente não ter ainda o Plano Nacional de Resíduos Sólidos que aí sim trabalha com a tipologia muito mais ampla do que é abordado no Plansab, mas eu acredito que ainda assim a gente tem um documento norteador no que se refere ao Plansab. E por fim, com relação à transcrição, é uma limitação, de fato, nossa em termos de equipe de poucas pessoas para trabalhar com isso, vocês imaginam o trabalho que a gente vai ter para fazer a transcrição dessa segunda audiência, mas a gente vai tentar sim, conciliar tanto o adiamento do prazo como também a antecipação dessa transcrição para que a gente possa ter esses documentos ainda dentro do prazo da consulta pública. E por fim, com relação aos relatórios também que o Alexandre comentou, a gente tem lá os relatórios disponíveis, o André mencionou na apresentação dele: 14, 15 e 16 estão disponíveis no site do Ministério das Cidades, 17 nós entendemos que, ao fazer a revisão do Plano, estaremos suprimindo a necessidade do relatório, foi uma avaliação nossa em razão de equipe também reduzida e de entender que o trabalho em termos de profundidade e detalhamento na revisão, ele de certa forma, ele contemplaria o que o relatório anual de avaliação abrange. De toda a sorte, o 2018 a gente já está iniciando o processo, ele não foi publicado porque a gente só começa a trabalhar no relatório quando a gente passa a ter a base de dados para fazê-lo, e isso se dá a partir de julho de cada ano. Então, o relatório de 18 começa a ser elaborado em meados de 19 para que a gente tenha ao final do ano o relatório publicado. Então segue essa lógica, em todos os anos anteriores foi assim. Vou passar para os meus colegas aqui para complementarem lembrando que, mais uma vez, o que a gente comenta, esclarece aqui não invalida a sugestão, mais uma vez, de que os senhores e senhoras encaminhem as contribuições pelo site da consulta ou aqui pelos formulários que a gente disponibilizou. Por favor, André.”

Sr. André Braga Galvão Silveira

“Bom, como o Marcelo comentou, a gente previa que as solicitações de adiamento fossem começar a chegar em forma de enxurrada, todos pedindo para ler um pouco mais em detalhes sobre o Plano, sobre os cadernos temáticos, por que para ler o Plano às vezes não é suficiente só ler o documento base, vamos dizer assim, é interessante também entender o que tinha por trás, os estudos e, de repente, participar da audiência pública para verificar pontos específicos e, a partir do levantamento de problemas por outros atores, que não o nosso, por exemplo, a gente começa a debater e a surgir novas ideias, então era esperado que houvesse pedidos de prorrogação para

analisar em maior detalhe. E como o Marcelo comentou, a gente está estudando internamente como fazer por que após esse momento de debates, de apreciação junto à sociedade em geral, esse documento vai passar por conselhos e depois isso sobe nível de Ministério, Casa Civil, etc. Então há um cronograma apertado, e ele não se encerra nessa fase de debates. Então, para a revisão do Plansab fechar, ser concluída, a gente precisa de uma série de outros passos. Bom, quanto à necessidade de investimentos e a alocação de recursos, o capítulo de programas, ele já faz uma vinculação entre recursos do OGU e territórios de maior vulnerabilidade. Então, nos programas urbanos a gente tem ali uma tinta mais carregada nos modelos de financiamento onerosos do governo e, claro, nas regiões, nos pequenos municípios, nas áreas rurais, isso vai por meio de OGU. Claro, um pequeno... uma pequena comunidade rural, ela não vai poder cumprir todos os critérios de financiamento junto à CAIXA, o BNDES, o agente financeiro. Então, essas coisas precisam ser facilitadas. A gente não trabalha com a hipótese de que a comunidade rural ou o pequeno município vai atingir a capacidade ou vai ter a capacidade de endividamento que um município maior com renda maior, orçamento maior, etc. Quanto à citação da MP 868, eu sugiro a todos vocês que acham inadequado a citação à MP que ponham isso no formulário específico, porque qual é a ideia? Existe um capítulo ali de princípios legais e contexto legal, e a gente concordando ou a gente discordando da MP, ela faz parte do contexto legal. Isso aí eu acho que em termos da descrição do ambiente, da conjuntura regulatória, legal, regulamentar, não é um absurdo citar a medida provisória, esse é o meu entendimento. Mas, claro, esse não é um documento fechado, tanto é que estamos aqui. Então, vocês podem sugerir o que quiserem. Eu sugiro a supressão disso, sugiro a supressão daquilo... Inclusive o que a Priscila da CNM comentou que havia algumas adjetivações que talvez fossem inadequadas, é bom apontar exatamente o que é, onde está e, claro, pedir uma retificação, isso faz sentido. E a gente também não está aqui, como o Marcelo comentou, para defender o documento: olha, isso aqui é a nossa Bíblia, bota embaixo do braço e é isso. Não é isso! A gente veio aqui para discutir esse documento revisado. Quanto às questões de bases de dados e a distinção do acesso entre raça, gênero e outras formas de segmentação da sociedade, a gente esbarra numa limitação muito clara que são as bases de dados. Como o Samuel fala, “quando tem Censo é a festa dos dados”. A gente pode fazer o cruzamento que quiser. Então, cruzar gênero, raça, presença de rede coletora de esgoto, isso é possível no Censo, com poucas premissas, com poucas extrapolações. Nos momentos entre censos, esse tipo de comparação, ele fica mais difícil. E, como estamos cada vez, assim, a cada momento que estamos mais próximos do novo Censo, essa confiabilidade dos dados ela vai diminuindo. Então, a gente vai ter dados mais confiáveis a partir do Censo. Esse é o ano, esse ano, o último ano antes do Censo é o ano que a gente tem os dados menos desagregados. Porque quando a gente está em 2013, 2014, se a gente extrapolar dados do Censo como algum tipo de evolução de outras pesquisas, talvez o nosso erro não seja tão grande. Mas se você está em 2019 e usa como base dados do Censo de gênero e depois vai... isso aí começa a gerar dados muito pouco confiáveis. Então, foi essa uma limitação que a gente teve ao elaborar o documento. No último capítulo do Plansab revisado, que é a parte de monitoramento e da próxima revisão, ele comenta sobre a necessidade de, na próxima revisão tendo os dados do Censo, fazer essas desagregações. Então lá no finalzinho do documento tem isso, inclusive, esses gênero e raça estão lá. A gente deveria desagregar mais os dados para ver como se comportam diferentes segmentos, rural e urbano já tem, mas tem outros que não dá para fazer em 2019. E isso vai acontecer... isso está no último capítulo, que é um dos princípios fundamentais da equidade. Então, tem um grupo social que está mais marginalizado em, referente aos demais, a gente tem que saber qual é, para atuar. Mas, a gente só vai ter certeza de que grupo é esse e de como se comporta a partir dos dados do Censo. Bom, hoje eu não sei quem acompanhou a notícia sobre o Conselho da Conjuntura Econômica do IPEA falando um pouco sobre o espaço fiscal brasileiro e, assim, a gente pode propor, vocês podem propor o que quiserem, o documento

está em aberto. Por exemplo, 60-40 é uma inversão que pode ser intensa demais, não sei, isso pode ser uma opinião dos senhores. Então, a gente não está aqui dizendo é... certeza 60-40, vai ter que ser 60-40 a gente tem como prever! A gente está se baseando em alguns estudos de conjuntura para fazer essa inversão, ok? Vou passar para o Ernani aqui.”

Sr. Ernani Ciríaco de Miranda

“Só um comentário rápido, para poder dar oportunidade para outras pessoas que estão inscritas falarem. Eu acho que há motivos para preocupação realmente com essa inversão dos valores entre 40, porque antes era 60-40, agora 40-60. Eu, de minha parte, eu gostaria muito que não tivesse sido invertido. Eu contribuí para os exercícios que levaram a essa inversão, mas se dependesse do meu desejo, única e exclusivamente, eu queria que não fosse invertido. Mas, o André citou a questão de conjuntura e eu não estou falando de conjuntura desse governo, nem do governo passado, conjuntura geral que está colocada no País. Mas, eu acho que mais preocupante do que o que está proposto, é a constatação que existe que nós não temos capacidade de executar nem o que está proposto. Se o Governo Federal fizer um cheque e botar os 40% para o País, não será executado se as coisas não se alterarem do ponto de vista da melhoria da capacidade, do ponto de vista da melhoria do desenvolvimento institucional, do ponto de vista da qualificação dos prestadores de serviço. Nós temos hoje de saldo executar de contratos em andamento com recursos do OGU 22 bilhões de reais na carteira. Saldo a executar, está no Plano isso aí, eu estou lendo aqui: 21,8 bilhões de reais. Parte significativa desse dinheiro vai cair, porque são contratos que têm 7, 8 até 10 anos, e a obra não é executada. Com certeza vai cair isso aqui! Na estimativa que nós fizemos agora para o quê que nós vamos aproveitar disso aqui, nós estamos estimando 50%. De recursos de empréstimo, nós temos 12 bilhões de saldo a executar de contratos em andamento. Esses aqui provavelmente, esses aqui não caem porque é recurso de empréstimo, estão assegurados, os contratos estão vigentes, realmente vai postergar a execução, é diferente do OGU que tem limite. Então, assim, se a gente tiver condição de inverter esses 40-60 eu acho que é bom, não tem problema nenhum, se tiver elementos para fazer isso, é bom. Agora, eu acho... eu me preocuparia mais em assegurar condições para se executar isso que está proposto, porque elas não estão postas, elas não estão postas. Olha, o FGTS nós estamos trabalhando com o orçamento de 4 bilhões ao ano. Em 2018 contratou 2 bilhões, 2017 foi mais ou menos na mesma ordem. Nós agora temos um lançamento de 4 e estamos fazendo um exercício e vamos contratar 50% de novo, que a gente não consegue contratar mais do que isso. Para 20, 21 e 22 tem 4 bilhões ao ano também. Então nós temos um saldo orçamentário só do FGTS para 19, 20, 21 e 22, posso colocar 23 também que ainda não está definido, mas poderá ser o mesmo, de 20 bilhões de reais. A nossa capacidade de contratar isso daí é da ordem de 2 bi e meio e de executar é menos ainda do que isso. No OGU a nossa capacidade de execução é 1 bi/ano com uma carteira que tem hoje 22 bi de saldo a executar. A gente não consegue executar mais que isso. Então, é um desafio que nós temos no País, além de botar recurso, eu concordo que tem que botar e eu acho que não há como avançar no saneamento básico sem recursos fiscais, dizer que vai ser tudo recurso de empréstimo, não há... isso não existe, tem que ter recursos fiscais. Agora, os itens que vêm no Plano, do ponto de vista de estratégias, de diretrizes, de propostas de reestruturação, de revitalização, de recuperação dos prestadores e de entrada de novos modelos de organização, isso eu acho que teria que ser mais valorizado. Não dá para continuar com o modelo de organização falido. Nós temos companhia estadual de saneamento no Brasil, com todo respeito a elas, entendeu, que foi criada há 50 anos atrás, que opera o estado inteiro, onde do sul ao norte do estado dá 1.200 km, onde é que está a lógica do ganho de escala disso daí? Não existe lógica de ganho de escala. Entendeu-se 50 anos atrás que o Estado era a escala ótima e isso nunca foi revisto. Nós temos município, até município no norte brasileiro que tem dimensões continentais

e a Companhia Estadual que operava, agora nem é mais porque lá acabou em grande parte. Então, assim, eu me preocuparia, se eu fosse chamado a fazer um debate sobre como vamos fazer para melhorar o saneamento brasileiro, eu me preocuparia com os valores, sim é importante, mas eu me preocuparia muito mais em como criar novos modelos para reorganizar o setor de saneamento básico brasileiro. Por que precisa de uma reorganização, precisa de um choque aí de intervenção para se pensar modelos sustentáveis e eficientes. Porque nós não temos condições de continuar avançando se não fizermos essa sacudida. Porque recursos, de certa forma, o passado recente demonstrou que apenas o recurso não resolve. O PAC inundou de dinheiro as companhias de saneamento, os municípios, os estados, inundou! Tinha caso de companhia que não sabia como fazer com tanto dinheiro, entendeu? E não conseguiu executar tudo. O PAC-1, que é de 2007, tem obra em andamento até hoje, aqui de 2007. O PAC-2, que veio quatro anos depois, tem mais ou menos 50 ou 40% de execução. Então esse é que eu acho que são os desafios. E um outro ponto que eu gostaria de colocar é o seguinte: nós estamos convivendo aqui no Plano com uma situação que é a seguinte: nós temos um horizonte no Plano que, de certa forma, ele... eu pelo menos tenho essa avaliação, ele é incompatível com os desafios que nós temos a vencer, está certo? Então hoje nós estamos com horizonte de 15 anos para o Plano, já passou, isso considerando 19 dentro desse prazo, 15 anos, para executar o que nós temos que executar, e para rever a organização e a qualificação do setor eu acho que nós estamos numa situação de muita dificuldade que até de tornar consistentes as propostas. Porque você estaria propondo coisa que, ao colocar no curto prazo, vai ser muito óbvio a dificuldade e a capacidade de execução. Então esses comentários, quer dizer, aí alguém pode perguntar: mas o quê que o Plano traz de proposta concreta para essa reorganização, essa reestruturação, essa revitalização? O Plano aponta a questão, mas não detalha. Assim como não detalha uma coisa que a Priscila perguntou: para onde é que vai os recursos? A opção do Plano é dar o diagnóstico, isso é a versão original, não é agora da revisão, na versão original era assim. Ele dá o diagnóstico, ele sinaliza como grande orientador, do ponto de vista das diretrizes e das estratégias e do ponto de vista da visão macro do que deve ser os Programas, essa é a concepção do Plano. O detalhamento daquilo que tem que ser feito para materializar todas essas propostas, ela vem na implementação por meio dos programas, por meio das ações, por meio da atuação dos diversos órgãos governamentais no nível da União, dos Estados e dos Municípios. Um terceiro ponto que eu queria falar, um desafio que nós temos que também não está como proposta de solução no Plano e nem na MP que está em discussão: o vácuo que existe de competência no saneamento básico em relação aos estados brasileiros. O saneamento básico brasileiro, ele se organiza com a titularidade ou competência municipal, depois ele salta para os programas de investimento no nível federal. A competência dos governos estaduais, ela quase que inexistente, a não ser por ser donos de companhias estaduais e de entregar a elas tudo aquilo que o Estado deve fazer como se a companhia fosse responsável pela política, e a companhia não é responsável pela política! Então, esse vácuo continua insistindo, na MP continua, na 11.445 ficou assim em 2007, e no Plano também está assim. Então esse é outro aspecto que a gente precisaria ver como propor, poderia até propor no Plano alguma coisa, nós achamos que não havia espaço para isso porque não havia como aprofundar esse debate. Mas esse debate está posto desde 2007 quando a Lei 11.445 foi aprovada e nós não conseguimos ainda avançar nisso daí. É claro que os governos estaduais acabam entrando também nos investimentos, porque muitas vezes têm capacidade de tomada de recurso, aí toma recursos e faz investimento. Mas do ponto de vista da política, da competência da política, está um vácuo aí do ponto de vista do Estado. São esses comentários.”

Sr. Samuel Weimar Cavalcante e Silva

“Eu queria fazer só uma observação em relação ao que o Alexandre da Fiocruz... Alexandre, né? Em relação à questão das abordagens de cor, gênero, o André já se colocou e eu concordo com as posições que ele colocou, inclusive, é o Programa de Saneamento Rural, por exemplo, que faz várias dessas problemáticas e teve muita participação social, inclusive, ele também não... optou por não usar os dados da PNAD. Porque em algumas coisas os dados da PNAD são bem úteis e você pode fazer alguns tipos... desenvolver metodologias para fazer eles, para tornar eles um pouco comparáveis com os dados do Censo 2010. Mas, no entanto, quando se trata dessa parte de gênero, renda e raça etc., os números ficam muito mais confusos e ficaria mais difícil nós termos alguma assertividade em dizer se piorou, melhorou para alguma determinada categoria ou faixa, o que será possível depois do Censo de 2020. Então, nesse caso aí, as considerações que o Plansab original fez continuam valendo, em relação às mulheres, aos negros, às faixas de renda dos mais pobres. No entanto, nós não conseguimos fazer essa atualização para essa revisão. Em relação às macrodiretrizes, assim, todas as questões relativas às diretrizes e às estratégias que foram colocadas na revisão, todas elas, a metodologia que nós utilizamos, as considerações que nós tecemos e as questões que foram levantadas em relação a elas, foram frutos das reuniões do GTI-Plansab, nas avaliações anuais de 2014, 2015 e 2016. Então, assim, nós seguimos, para fazer essa revisão das estratégias e a revisão das macrodiretrizes que agora são chamadas de diretrizes, nós seguimos os questionamentos que foram levantados nas reuniões do GTI. Aí nesse sentido é que nas reuniões do GTI se questionava muito sobre o número de diretrizes, sobre o fato de muitas diretrizes terem cara de ações, elas terem a redação muito parecida como se fosse uma ação, ou então como se fosse uma estratégia, ou então o fato de ela ser muito genérica, elas teriam muitas terem zonas cinzentas entre elas, então nós fizemos esta opção de tentar fazer o recorte e tentar tornar a diretriz, do ponto de vista redacional, com mais cara de diretriz e com mais foco, em cada uma delas. Óbvio que talvez a gente tenha algum erro na elaboração delas e a gente aceita sugestões, obviamente, está aberto para sugestões de novas diretrizes ou diretrizes de temas que não tenham sido abordados ou que tenham sido esquecidos nesse processo, nessa metodologia que a gente desenvolveu e que deu origem a essas 15 diretrizes. Acho que era isso.”

Sr. Rogério Borges Marques

“Bom, queria só comentar aqui o que o Alexandre colocou em relação também aos relatórios de avaliação que não estavam disponíveis, porque não encontrou, então assim, eles, como o André mostrou, eles estão lá publicados, concordo que nem sempre é um caminho fácil encontrar os documentos no site. Então acho que é possível, Alexandre, a gente colocar ali junto com os outros documentos pelo menos o link de acesso aos relatórios, mesmo que ele direcione lá para o lugar onde eles já estão alocados. Então, nós vamos verificar lá junto com a informática do Ministério, o pessoal do sistema de informação para poder disponibilizar junto com os documentos da consulta, o link para os relatórios de 14, 15 e 16. Uma outra questão que a Priscila comentou, em relação às bases de dados, que são 8 bases de dados e realmente, Priscila, a gente não tem um sistema unificado, ainda, de informação. Então, assim, a equipe teve que se debruçar sobre essas 8 fontes de dados para extrair todos os dados que foram utilizados na revisão do Plano, tentando buscar os dados das fontes de dados que fossem mais adequadas para cada um dos indicadores ou para a análise que estava sendo desenvolvida, e a gente sempre tomou o cuidado ali de citar a fonte. Então, infelizmente, a gente ainda não tem, mas esses dados todos foram trabalhados buscando-se uma correlação direta com o tema que estava sendo discutido ali e sempre citando a fonte.”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Bom, vamos dar sequência. Tem mais três pessoas inscritas, Tatiana, por gentileza. São quatro pessoas, por favor, se identifique... cinco! Se identifique, por gentileza, e faça seus comentários.”

3.3 Segunda rodada de contribuiçõesSr. José Valmir dos Santos - Prefeitura Comunitária do Sol Nascente

“Boa tarde! Sou Valmir, da Prefeitura Comunitária do Sol Nascente aqui em Ceilândia, e não vou falar muito da parte técnica aí do Plano, mas colocar algumas problemáticas que a gente enfrenta na comunidade. O que a gente vê é que esse é um tema muito importante e a gente percebe também que é muito pouco divulgado, e a participação social também muito pequena. A gente deveria ter mais participação, inclusive, uma discussão maior dentro da comunidade, dentro da cidade, para que chegasse aqui com uma propriedade maior e melhor no debate e também no conhecimento das pessoas que estão lá na ponta recebendo os investimentos futuros que vai ser feito. Duas... algumas coisas aqui deixam a gente meio preocupado, por exemplo, quando a gente vê a redução nos investimentos na mudança do Plano, na comparação. E como eu sou de uma comunidade lá onde nós vivemos o problema da ausência do saneamento básico, e a gente vê também a dificuldade do Estado de promover esse saneamento básico, principalmente nessas comunidades mais carentes onde precisa de mais investimento, é preciso fazer com que isso funcione melhor, os entes não conseguem se entender no momento de fazer investimento dentro da cidade, dentro dos setores. Eu também... um exemplo aqui que nós tivemos, eu morei em Águas Lindas quando estava implantando o saneamento de Águas Lindas, que tinha um impasse entre o Estado e o Município que nunca conseguia fazer a coisa acontecer e foi anos de briga entre os entes para que isso acontecesse. Outra coisa também que a gente poderia estar pensando no Plano como vai ficar as áreas ainda não regularizadas no País, para facilitar os investimentos nessas áreas, área, às vezes, urbana dentro de área rural que existe, aqui no DF também existe essa problemática que precisa ser feito investimento que hoje está inviabilizando fazer essas melhorias de investimento por causa do engessamento da legislação, do Estado, não tem um plano claro onde possa fazer... dar uma vazão a isso aí. Falar ao senhor lá no Sol Nascente hoje nós temos problemas de coleta de lixo, grave! Nós temos hoje lá agora uma comunidade que está sofrendo com dengue aqui no Distrito Federal, menos de 40km daqui do centro de Brasília por falta de saneamento básico, falta de coleta básica do lixo, falta do esgoto. E recentemente foi colocado algum sistema de coleta que também não é eficaz hoje ainda. Ontem mesmo nós tivemos lá no posto de saúde lá próximo, tinha várias pessoas com sintomas de dengue por falta de uma coleta básica, simples. E outra coisa: nós não podemos aceitar que seja colocada a coleta que foi implantada lá no Sol Nascente e seja colocada no Plano como uma coleta regular e aceitável. Porque é precária, é desumana e precisa ser mudado. Que seja colocada uma coleta justa para que toda a comunidade seja contemplada como é as demais aqui do Plano Piloto e de outros locais. Então, assim, eu não vou tratar muito na questão. Os investimentos, seria fundamental para a gente ver a questão da queda desse investimento, porque a médio prazo está previsto queda na redução dos investimentos e isso é preocupante até porque como que vamos avançar? Isso é um retrocesso! Como é que nós vamos avançar no processo se um Plano Nacional... E só para encerrar, nós gostaríamos que isso aqui, numa próxima, se não for possível nessa agora, fosse mais divulgado, fosse levado para a comunidade, para os Estados, para os municípios, para as cidades. Como nós moramos no Distrito Federal, fosse para as cidades, para que a sociedade tivesse... se apropriasse desse debate, tivesse conhecimento do quê que é o Plansab. E hoje não tem! Nós ficamos sabendo aqui por causa que algumas pessoas que

nos comunicaram, pediram e fizeram o convite para que nós estivéssemos participando desse Plano aqui, da participação hoje aqui desse evento. E que nós gostaríamos que era fundamental que fosse melhor divulgado e esse auditório aqui poderia estar cheio, um debate qualificado e voltado realmente para os interesses de toda a sociedade. Obrigado! Só isso o que eu queria falar.”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Muito obrigado, Valmir! Tatiana, por favor.”

Sra. Tatiana Santana Timóteo Pereira

“Boa tarde a todos, a todas que estão aqui! Eu estive presente na audiência da semana passada, infelizmente eu não tinha tido ainda condições de ler o Plano como um todo, apesar de eu conhecer muito o Plano, porque eu trabalhei por 9 anos com esse Plano... Mesmo conhecendo bem o Plano não tive condições ainda de avaliar todas as mudanças que estão colocadas aqui. Porque são muitas mudanças, em cada entrelinha tem alguma alteração, então é claro que hoje eu já consegui avaliar mais do que na semana passada, mas infelizmente ainda não foi possível avaliar o Plano como um todo. Então eu acho que é realmente muito pertinente a solicitação de ampliação do prazo da consulta pública e que bom que existe essa intenção de alterar o prazo. E eu fico... concordo bastante com o que muitas pessoas já falaram aqui, inclusive, com relação à baixa representatividade dessas duas audiências. A audiência passada, ela estava com um número reduzido de participantes, sendo que a grande maioria eram servidores da casa, representantes, portanto, do Poder Público. Hoje tem algumas pessoas diferentes, mas ainda não é representativo de um País como o Brasil. E parece que mesmo na transmissão online, agora a pouco eu recebi a informação de que cerca de 20 pessoas estão assistindo. É muito pouco, diante de um país continental como é o Brasil. Então, a Fiocruz fez uma sugestão não só de prorrogar o prazo, mas que também tivesse outras audiências, aí eu coloco pelo menos uma, a sugestão aí que, de repente, vocês repensem a possibilidade de realizar atividades nas regiões. Pelo menos uma em cada região já que na elaboração do Plano tiveram dois seminários em cada região além de diversas outras oficinas. E como existem muitas mudanças no Plano, eu acho que seria pertinente uma participação bem maior. Mas, então, entrando aqui em algumas contribuições que eu tenho com relação ao Plano, eu queria começar falando da educação ambiental, que eu acho que é super importante para solucionar diversos problemas relacionados, inclusive, à saúde pública e relacionados também a uma melhoria nos serviços e soluções que são ofertados e que são utilizados pela população. Com relação à educação ambiental, o que eu pude verificar no Plano revisado é que foram excluídas algumas das estratégias que se referiam à educação ambiental. Dessas estratégias, dessas inúmeras estratégias que foram excluídas, algumas delas eram relacionadas à educação ambiental. Então, a educação ambiental ficou enfraquecida nessa nova versão do Plano revisado. Então, é necessário que isso seja revisto na revisão que está sendo feita. Eu vou encaminhar uma proposta por escrito depois, mas eu acredito que, por ser um tema tão importante, a própria equipe da secretaria já poderia se debruçar sobre isso também. Além disso, eu queria aproveitar a presença de moradores do Sol Nascente para poder reforçar um pouco uma proposta que eu já tinha apresentado preocupação na audiência anterior, e que a preocupação se mantém, e ainda está um pouco maior diante da situação relatada pelo morador aqui, pelo Valmir, que é o morador lá... o Prefeito Comunitário, você disse... do Sol Nascente, que é com relação à coleta indireta de resíduos. Porque recentemente foi implementado no Sol Nascente, foram implementados os papa-lixo pelo SLU. E eles consistem exatamente na coleta indireta que está sendo proposta aqui como atendimento adequado. A coleta indireta, ela já tinha

sido considerada como atendimento precário quando o Plano começou a ser elaborado há 10 anos atrás, o Plansab começou a ser elaborado em 2009, já está fazendo 10 anos... Nessa época, já tinha pesquisas de universidades brasileiras analisando a realidade das comunidades, que identificava que esses pontos de coleta indireta, eles se transformam no que eu sei que está acontecendo lá no Sol Nascente. Se transformam em pontos de lixo. Por mais que se tenha lá no Sol Nascente, por exemplo, eu ouvi um relato essa semana de que em alguns pontos tem coleta de até duas vezes por dia, ou seja, coleta duas vezes por dia não evita de que o ponto de coleta se transforme em um ponto de lixo. E o Plano está propondo que a coleta de uma vez por semana seja adequada. Não só de uma vez por semana como a coleta indireta. A coleta indireta, ela vai expor a população que será atendida com ela a situações de extrema... de maior vulnerabilidade social e de maior vulnerabilidade do ponto de vista da saúde pública. Então, é lamentável que esta solução esteja sendo considerada como adequada no Plano. É claro que em um local onde não tem nenhum tipo de coleta, como uma forma transitória, eu acho que seria aceitável que essa coleta fosse indireta até que fosse possível levar uma coleta direta, ou seja, uma coleta porta-a-porta. Mas, como adequado é complicado porque quem está defendendo essa proposta está defendendo também que todas as situações de coleta indireta hoje e que não sejam diárias ou em dias alternados, seja considerado adequado. Então os responsáveis por aqueles serviços, eles não vão perceber, eles vão considerar que eles não precisam melhorar mais o serviço. Porque se um Plano Nacional está falando que está adequado, pra quem vai investir ali, onde está sendo considerada adequada? E na realidade não é! Então essa eu acho que é uma questão fundamental de ser revista nessa proposta de plano, por mais que tenha sido usado um argumento na semana passada, por exemplo, é uma tendência mundial, mas é uma tendência mundial, onde? Em países em desenvolvimento como o Brasil? Ou em países desenvolvidos como a Austrália, Suécia, Noruega, dentre outros? Então, eu acho que é totalmente inadequado esse tipo de coleta no Brasil. E assim como eu falei de relatos que eu ouvi, inclusive da ex-presidente da SLU, ela também comentou que no Brasil é considerado, pelo tipo de resíduo, que tem uma quantidade grande de resíduos orgânicos, não é adequado que tenha uma coleta em menos que três vezes por semana. Então, vocês estão propondo uma coleta diária que realmente parece que a gente não está no Brasil, quando eu escuto uma proposta dessas. Então, além dessa questão da coleta, eu queria destacar algumas outras coisas, rapidamente, como, por exemplo, a tarifa social que é algo de fundamental importância. O Plansab, a versão... a primeira versão do Plano fez uma abordagem sobre alguns tipos de tarifa social que eram aplicados naquela época já considerando que era necessário se aprofundar no conhecimento de todos os modelos existentes para que seja possível propor melhores tarifas sociais. É porque existem vários problemas na forma como a tarifa social é disponibilizada para a população. E, infelizmente, não teve nenhuma melhoria com relação à tarifa social no Plano. Pelo contrário, uma das diretrizes... uma das estratégias excluídas também se referir à tarifa social. Uma das estratégias foi mantida e a outra foi excluída. E essa outra que foi excluída, ela se tratava, na verdade, ela foi alterada e, na alteração, ela acabou eliminando não só a tarifa social, mas um outro ponto que era um dos principais nessa estratégia também. Aí eu vou até ler aqui, é o seguinte... a estratégia era... na verdade, “estabelecer mecanismos que assegurem a transparência dos critérios, condições para a tarifa social e o volume mínimo a ser garantido às famílias em situação de precariedade por região”. Essa era a estratégia existente. Na alteração dela foi retirada a tarifa social e tanto o volume mínimo a ser garantido às famílias em situação de precariedade. O que se manteve lá foi o volume mínimo per capita, e o volume mínimo per capita eu acho que não é exatamente do que está se falando aqui. O que foi colocado, inclusive na Lei, quando se referiu às famílias em situação de precariedade é que o prestador, independente da situação fundiária, que foi falada pelo Valmir aqui, então isso... ele me lembrou de uma questão que eu considero fundamental que o Plano não aborda, a primeira versão não abordava e eu acho que deveria avançar nessa, que é a

situação da necessidade de que os prestadores de serviços disponibilizem serviços independente da situação fundiária. Isso daí diz respeito ao direito... aos direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário. Então, eu acredito que é fundamental que o Plano olhe para essa questão. Porque a gente sabe que tem inúmeros prestadores que violam os direitos humanos ao não ofertar os serviços em áreas onde não tem regularização fundiária alegando que eles não podem levar o serviço porque são áreas irregulares. Entretanto, tem a questão do direito humano. Ninguém sobrevive sem água. Então, se o prestador não vai levar a água, a pessoa, ela vai ter que buscar a água de alguma forma e essas formas podem envolver algumas formas que representem riscos para a saúde pública não só do indivíduo, mas para a saúde pública. E aí outra questão que eu gostaria de destacar, nessa questão da redução das estratégias, eu concordo com quem já falou aqui que a gente precisa até de mais tempo para avaliar o quê que isso representa, porque numa breve análise que eu fiz eu já vi que foram reduzidas, foram eliminadas estratégias que eu considero fundamentais, como estratégias relacionadas à educação ambiental, à tarifa social e a volume mínimo para famílias em situação de precariedade. Então, eu considero que tenha outras. Então, realmente a gente precisa de mais tempo para dialogar e para ter a oportunidade de vir aqui dialogar com quem está revisando o Plano. Então, é fundamental que tenha outros espaços de participação presencial, que não fique só na consulta pública. E aí eu queria falar um pouco dos investimentos para finalizar a minha contribuição de hoje. Já foram abordadas muitas questões aqui relacionados aos investimentos, mas tem uma observação que eu fiz que eu acredito que não tenha sido apresentada aqui que é com relação ao que estava previsto inicialmente no Plano, que era para três períodos de curto, médio e longo prazo, portanto, de 2014 a 2018, de 2019 a 23 e depois até 2033. Tanto para as metas quanto para os investimentos foram eliminados do documento do Plano que está proposto como sendo uma nova versão, os valores do primeiro período que era o curto prazo, tanto para metas como investimentos. Isso prejudica profundamente a nossa análise do que era o Plano, de como começou o Plano e para onde ele está indo. Eu acredito que tenha que ter nessa versão do Plano as metas de 2018, os investimentos que eram para ser feitos até 2018, e uma análise disso. Eu sugiro, inclusive, um capítulo novo nessa versão do Plano que faça uma breve avaliação do que foi implementado até hoje. Inclusive, por parte de cada órgão e com relação às metas e os investimentos, as estratégias e tudo mais. E aí eu queria mencionar para vocês que dos investimentos previstos até 2018 que era... a necessidade, né? Não era nem previstos, era a necessidade de investimentos, até 2018, era de 136 bilhões. Foram realizados 88 bilhões. E aí para esse segundo período, ou seja, foi realizado menos do que a necessidade que o Plano apontava. Para o segundo período, na versão original do Plano, estavam previstos como necessários 271 bilhões que foram reduzidos a 112 bilhões, ou seja, a menos da metade para o período de 2019 a 2023. E aí houve uma ampliação no último período, ou seja, os recursos, os investimentos foram concentrados no último período de 508 para 597, considerando que desses 90 bilhões ainda tem a correção monetária, então na verdade não são exatamente esses 90 bilhões. E aí para cada componente teve essa redução. Vou citar aqui os resíduos sólidos, por exemplo, que os investimentos no primeiro período foram menos da metade do que estava previsto, e aí para o segundo período, estavam previstos 19 bilhões e foram reduzidos a 5 bilhões os investimentos necessários para destinação final ambientalmente adequada de resíduos. Então, é um dado que eu estou apresentando que, assim, realmente é uma situação muito ruim que demonstra que esse Plano pode representar um retrocesso do planejamento e dos serviços de saneamento básico no Brasil. Mas como a gente está em consulta pública, eu acredito que ainda é possível mudar esse quadro que está proposto até o momento, como todas as contribuições que estão sendo trazidas até aqui, contribuições muito pertinentes e que estão vindo no sentido de aprimorar o Plano. Então era isso que eu gostaria de contribuir hoje, obrigada!”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Obrigado, Tatiana! Mais duas, né? Três?”

Sra. Cecília de Faria Sampaio - CODEPLAN, FAMA

“Boa tarde gente! Eu estou aqui representando o Fórum Alternativo Mundial da Água, que foi um evento que aconteceu ano passado, paralelamente ao Fórum Mundial da Água, e o nosso principal critério era... Meu nome é Cecília Sampaio, desculpe, sou engenheira civil, mestre em Gerenciamento Urbano, e eu vim aqui acrescentar algumas coisas porque, como FAMA a gente está continuando com o movimento, a gente acompanha todas as ações do governo nessa questão do saneamento e acesso à água. E a gente está aqui para defender que a água é um direito e não uma mercadoria. Então, é baseado nisso e, considerando a revisão do Plansab que está disponível no site, eu queria dizer a simples questão que a gente está sempre vinculando saneamento aos domicílios, então a gente só está trazendo a universalização do saneamento àqueles que têm direito à habitação, aqueles moradores de rua, eles não estão sendo inseridos nesse Plano. Porque você não tem o acesso ao banheiro público, você não tem local para que eles tomem banho. Isso foi apontado, quando a gente fez uma reunião pública do FAMA na Câmara Legislativa semana passada e foi um morador de rua lá falar isso para a gente. Isso chamou muita atenção porque a gente está aqui falando sobre um debate super importante, que é uma questão de saúde pública e a gente não está inserindo toda a população. Então, isso é muito importante trazer porque ele mesmo falou na hora que ele foi falar, é um morador de rua que tem uma articulação e conseguiu ir lá e falar: “a gente tem essa dificuldade, que vocês falam que a gente fede, mas a gente não tem onde tomar banho, a gente não tem onde fazer as nossas necessidades e a gente...”. Existe a legislação que todos os ambientes comerciais têm que dar água a quem pedir, mas você imagina isso acontecendo com um morador de rua? Ele chegando dentro de um McDonald's e recebendo um copo de água? Isso não acontece... Então acho que a gente tem que considerar essa população também, porque os indicadores que estão hoje apontados, são totalmente vinculados aos domicílios, quantidade de domicílios com banheiro quantidade de... Enfim, então você está simplesmente excluindo uma parte da população do acesso ao saneamento básico e ao acesso à água. Então esse é um primeiro ponto. A outra questão que eu queria pontuar é que aqui os senhores falaram que existe uma incompatibilidade de cronograma, porque nós como Fórum Alternativo Mundial da Água, nós também gostaríamos que esse prazo fosse estendido e também gostaríamos que o formulário de solicitação de alteração não fosse vinculado a CPF ou CNPJ, porque isso você exclui algumas... uma série de pessoas que, às vezes, por exemplo, os movimentos sociais que não tem ainda vinculado um CNPJ. Então, só uma crítica para ver se existe essa possibilidade, mas ainda assim questionar: como é que vai ser feita a avaliação dessas solicitações? Eu venho aqui numa audiência pública e todas as pessoas que falaram se mostraram contra a inserção da MP 868, que é uma MP muito danosa à nossa universalização do saneamento público, e ainda assim a gente escuta que não há problema. Ela precisa passar por uma avaliação dentro da Câmara dos Deputados, do Senado, a gente sabe que existe uma vontade do governo de abrir esse comércio da água e essa é a questão, eu vou só pontuar uma coisa dentro da MP 868 que ainda não foi dito aqui, que é a questão do investimento cruzado. A grande questão da MP 868 é excluir isso, as companhias, elas precisam ter esse investimento cruzado porque quando ela tem investimento... quando ela vai lá e coloca acesso à água no Lago Sul, ela vai ter aquele investimento pago, né? Porque é uma área de alto consumo, a tarifa alta, todo mundo paga. Mas, o que financia o investimento do saneamento no Sol Nascente ou na Santa Luzia, que são áreas completamente precarizadas, é exatamente esse investimento cruzado. Então, se a gente tira isso, que a empresa é a mesma empresa que vai cuidar do filé e do osso do

investimento, a gente vai realmente excluir a população vulnerável do saneamento, então eu acho que... da universalização do saneamento. Então eu acho que essa questão que eu estou pontuando sobre o quê que vai trazer a exclusão dos itens que estão sendo solicitados, que eu vejo aqui uma série de pessoas que falaram as mesmas coisas... Quantas solicitações precisam ser feitas para que um item seja excluído? Quantas solicitações precisam ser feitas e com qual poder político que existe nessas solicitações para, por exemplo, trocar do 40% por 60% do investimento da União? Então, isso são coisas que, para a gente ter uma efetiva participação popular, não é somente abrir um formulário, fazer duas audiências públicas. A gente tem que trazer o debate na base, onde a população está sofrendo a falta. Além da não coleta direta lá no Sol Nascente, eles estão perto também do nosso aterro sanitário que só tem um ano de operação e já teve um vazamento de chorume no Rio Melchior. Como é que a gente vai tratar a manutenção dessas estruturas que estão sendo investidas? Porque isso é um problema muito sério no País: a gente investe e depois deixa deteriorar. Como é que está sendo tratado esse investimento a longo prazo? É simplesmente concessionar e deixar a concessionária cuidar? E a gente... Como é que é feito o investimento na regulação? Porque para o Plano ser realmente efetivado, quem que vai estar regulando isso? Assim como o senhor mesmo falou, desculpe, eu não me recordo o nome do senhor, mas o senhor mesmo falou que a gente não consegue viabilizar esse investimento. O quê que precisa para viabilizar? Para poder realmente acontecer? É um corpo técnico para trazer mais ajuda aos municípios? Porque os municípios vieram aqui e pediram ajuda! Como é que... como é que a gente consegue melhorar isso? Eu acho que o debate com a população, ele tem que ser mais aberto para garantir com que todo mundo seja inserido nesse Plano. E a última coisa que eu queria acrescentar sobre essa questão da compatibilização dos prazos, é que a gente está aqui, o FAMA também solicita o prorrogamento do prazo. A gente não acredita que 10 dias sejam o suficiente. Os senhores tiveram 17 meses e eu não acho justo que o resto da população só tenha um mês, sendo que já existe todo um conhecimento técnico dos senhores para poder ter feito essa revisão. E eu reitero a solicitação dos relatórios de 2017 e 2018 porque, com os dados de 2016 a gente não consegue ter noção do quê que, efetivamente, foi implantado. Eu acho que isso é essencial para que a gente consiga, daqui para frente, saber o quê que realmente precisa e o quê que realmente está faltando. E não somente assumir que a gente não vai conseguir investir aquilo que está posto para investimento. Acho que a gente tem que trazer mais ferramentas de participação e talvez uma descentralização das ações para que a gente consiga avançar nessa questão. Então, eu termino dizendo que a gente tem que fazer uma compatibilização dos cronogramas de apresentação desse Plano com essa questão da MP, porque eu estou vendo que está totalmente interligada. Essa redução de investimento mostra que o Plano está servindo, como a MP, para abrir o mercado para a mercantilização e abertura ainda mais dos mercados no saneamento. E a gente já viu, assim como o companheiro do SINDAGUA já falou, países desenvolvidos... já desenvolvidos já privatizaram e voltaram atrás por entender que não foi a melhor solução. Então, a gente tem que trazer esse debate para a população. Não pode ser só dentro dessa sala! Uma audiência pública, o aumento do prazo para a gente poder realmente trazer o debate. Muito obrigada!”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Vamos fechar esse bloco com a sua intervenção, e aí a gente... Então vamos... tá! Então mais uma vez, eu peço brevidade para a gente também conseguir voltar aqui para a turma poder se manifestar. Guilherme, por favor!”

Sr. Guilherme da Silva Pereira - UnB

“Meu nome é Guilherme, sou engenheiro ambiental. Primeiro queria parabenizar o trabalho de vocês, foi muito legal os avanços que eu percebi do Plano em relação ao Plano original. Vou focar aqui, tentar ser o mais breve possível, não repetir muito o que as pessoas falaram, mas também tentar pegar algumas coisas diferentes. O primeiro ponto que eu acho extremamente pertinente é que o Plano, ele é um norteador, ele é um documento norteador não só para a União, mas também para os municípios na elaboração e na revisão dos seus planos. Dessa forma, eu acho que até como uma forma de valorizar o documento que está posto aqui, ele deveria, de uma certa forma, mostrar quais foram as ações e resultados que ele alcançou nesse primeiro período. Nesse sentido, de fato, porque eu acompanho muitos planos municipais e vejo que às vezes os planos municipais são instrumentos apenas para o município conseguir ser apto a captar um recurso junto à União. Às vezes, ele não está sendo um instrumento de fato utilizado nas ações do município enquanto instrumento de planejamento. Dessa forma, posso citar como exemplo, mas eu acho que os senhores vão poder avançar mais, mas poderíamos mostrar, por exemplo, quais são, quais foram os normativos do Ministério do Desenvolvimento Regional, quais foram os normativos de outros ministérios que foram alterados por conta do Plano Nacional, quais foram as ações que mudaram o seu norte por conta do Plano Nacional, quais foram as ações de planejamento estratégico que mudaram porque estava contido no plano uma nova ação comparado com o período anterior. Eu acho que isso valoriza o Plano, valoriza o trabalho dos senhores, como todo o nosso trabalho e empenho, e mostra que, de fato, o Governo Federal está adotando o Plano como um instrumento de planejamento e ação, não só como um documento para poder mostrar que existe. E eu acho que, assim, eu queria iniciar... e aí eu vou tentar me prender aos tópicos, mas em algum momento eu vou dar uma ida e vinda. E aí, nesse sentido, passando pelo primeiro ponto, na página 31, na página 19 do Plano, 31 do “pdf”, 31 e 32, onde são tratados as 15 diretrizes do Plano, queria enfatizar a diretriz nº 10 que trata de valorizar os processos participativos e transparentes, controle social, em geral. Eu acho que de todos, as diretrizes essa é a pior, e eu queria pedir uma solicitação para dar uma revisada, todas as solicitações que eu coloquei aqui, elas estarão na consulta pública, mas, a princípio eu não consegui entender porque o Plano, ele se mostrou tão pouco firme em apoiar os processos participativos e transparentes controle social. Todas as outras diretrizes é... assegurar, é ampliar, é fortalecer, é apoiar, mas o controle social está dizendo que o Plano vai valorizar os processos de controle social. Não consegui entender porque valorizar, valorizar seria parabenizar, enaltecer? Porque não assegurar que vai acontecer em todos os municípios, teremos instâncias de controle social, teremos instâncias de participação, que todos os serviços... que a gestão será, de fato, transparente? Porque o Plano não assume essa responsabilidade? Principalmente aquele, que é isso que eu estou falando, que ele é um instrumento que vai nortear as revisões dos outros planos, que ele é um instrumento que vai... que norteia o planejamento e os planos municipais de saneamento também. Passando para o próximo tópico, onde fala um pouco da análise situacional, trago aqui a tabela número 4.1 da página 35 do “pdf”, em específico as questões de manejo dos resíduos sólidos, a tabela 4.1 trata do atendimento adequado. Nesse item, reforçando também a questão que a Tatiana falou, da coleta indireta, fico um pouco preocupado acerca dessa informação porque, concordo que a utilização da coleta indireta pode ser uma forma de minimização dos custos, minimização de impactos ao meio ambiente em termos de emissão de poluentes, mas a gente conhece a gestão municipal, nós conhecemos que a maioria dos municípios são auto insuficientes e a prestação é precária, atualmente. E o Plano, ao tratar uma mudança, ele deveria, de alguma forma, dizer o “como”. Eu vejo que em vários momentos, e aí eu estou fazendo referência em outros pontos, ele mostra muito bem onde estamos, muito bem onde queremos chegar, mas muito pouco o “como”. Definir como limpeza, ou definir que a

coleta seja indireta uma vez por semana, será que isso é viável para todos os municípios brasileiros? Será que isso é viável? Simplesmente deixar essa informação, e não dizer como iremos chegar lá? Parece que vocês colocaram, parece que colocaram, mudaram a tabela e, assim, foi uma informação que foi muito despercebido, porque parecia que era até uma coisa da versão antiga e lendo linha por linha que eu consegui pegar, e assim, enfim... Eu acho que ele... que poderia mostrar um pouco, pode ser de fato o horizonte a ser permeado, consegui chegar na coleta indireta, se esse for o caminho com pontos de coleta... de eco pontos, e tudo mais. Mas eu acho que tem que mostrar um pouquinho o “como”, tem que mostrar como é que a gente vai conseguir fazer isso, de uma forma ambientalmente adequada, de uma forma segura perante a saúde pública, enfim. E o outro ponto que eu acho que é mais complicado ainda, é que ele fala aqui que, o atendimento adequado, ele tem que ter a destinação ambientalmente adequada dos resíduos. De acordo com a Lei 12.305, destinação dos resíduos significa... é diferente de disposição dos rejeitos. E aí, nesse quesito, eu discordo e eu não consigo enxergar, e eu já trabalhei um pouco com os dados e sei que a tabela de atendimento adequado está errada. 64% de destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos no Brasil não existe! Acredito que esteja sendo considerado que todos os resíduos estão sendo enviados para aterros sanitários. Nesse sentido, faço referência ao SNIS 2017, Quadro 11.3, onde ele mostra o fluxo de resíduos que estão sendo enviados para cada componente. Em 2017, 73 milhões de toneladas de resíduos foram gerados no Brasil, segundo o SNIS, aqui. Nesses, 40 milhões foi para aterro sanitário, 6 milhões foi para lixão... 7 milhões para lixão, 6 milhões e meio para aterro controlado. Isso dá mais de 50%. Se mais de 50% está indo para aterro sanitário, aterro controlado e lixão, não tem como ter 60... 64% de destinação ambientalmente adequada de resíduos. Lixão não deve existir, aterro controlado em alguns aspectos e aterro sanitário somente para rejeitos. No Brasil, é um dado que tá no próprio Plano, principalmente nos cadernos temáticos que eu não consegui olhar todos, mas eu vi por alto, a maior fração dos resíduos é orgânico, seguido de fração de recicláveis, a menor de rejeitos. Portanto, dos 73 milhões, a menor parte deveria estar chegando nos aterros sanitários. E dito isso, já... eu acredito que eu já consegui deixar bem claro que essa tabela merece ser reavaliada, merece ser revista. E de fato, ou considera disposição dos rejeitos, e aí altera-se os valores de atendimento adequado, ou se mantém a redação, que eu acho extremamente pertinente, e altera o percentual de atendimento considerado de fato adequado. Passando agora para a questão das metas, eu gostaria de focar, principalmente, nos dados... eu vou tentar ser bem rápido, e vou tentar pegar um de cada. Em relação ao índice de perdas, indicador A6. De 2010 a 2017 no Brasil, o SNIS diz que em 2010 estávamos em 39% de perdas. Em 2017, 38,3, ou seja, diminuimos 0,7 pontos percentuais. Se, em sete anos, diminuimos 0,7 pontos percentuais, como é que iremos diminuir 3,7 em cinco anos? Eu gostaria que tivesse uma resposta quanto a isso porque essa questão de perdas ela demanda muito custo para se manter no mesmo índice de perdas, e a demanda é muito mais estratégia e gestão para que ela possa ser avançada. Então, assim, eu acho que é um ponto importante que o Plano, ele, de alguma forma, merece explicar. Eu acho que... e volto na questão do “como”, como uma grande estratégia, como coração do Plano não mostrar onde queremos chegar mas “como” iremos chegar lá. Passando agora para a questão do esgoto, os dados de 2033 apontam que não teremos a universalização do acesso aos serviços de esgoto tanto na área urbana quanto na área rural. E aí a minha meu questionamento está muito mais relacionado à área rural porque apresenta os menores índices atuais, e também o menor no futuro, se foi considerado medidas alternativas como uma forma para se alcançar a universalização do saneamento rural? Eu me lembro do documento da Funasa, que chama Manual de Saneamento Funasa, ela apresentava diversas outras soluções, como... considerando adequadas como, por exemplo, a bacia de evapotranspiração. Será que outras soluções, soluções alternativas não seriam a forma para se alcançar a universalização de esgotamento sanitário? Ou aumentar os índices? Será que

devemos, de fato, pensar somente no quadrado da rede coletora e de fossa séptica para o universo do saneamento rural? E aí eu confesso que, de fato, não consegui visualizar o Plano inteiro, mas eu acredito que a Funasa tenha contribuído no Programa de Saneamento Rural que está contido no Plano. E aí eu queria também ver com vocês se a opinião... e, constatar se, de fato, a Funasa que descreveu esse programa? Ou se foi, assim, a visão de vocês em relação ao programa desenvolvido? E se no programa está descrito medidas... outras soluções? Porque se existe um manual de saneamento que aponta que é viável economicamente, é mais barato, e é próprio da Funasa e a Funasa que foi quem encabeçou o documento, porque que não está aqui? Eu não sei, eu gostaria de tentar entender um pouco mais isso. E, inclusive, acho que seria um ponto interessante de se reforçar dentro do Plano. Passando para o outro indicador, o indicador de resíduos, novamente, dou questão nos indicadores R4 a R8, todos os indicadores. O primeiro indicador R4, acredito que ele seja o mesmo indicador que estava no plano antigo, ou próximo. Que era aquele que falava das distinções de lixão, da extinção de lixões. Esse indicador está previsto para 2033: zero! Bom, se é disposição ambientalmente..., se é percentual de disposição ambientalmente inadequada de resíduos e se o indicador R8, que trata de desvio de resíduos orgânicos dos aterros são diferentes, logo, acredito que eles são incongruentes e que não irão acontecer. Se você está dizendo que não vai ter nenhuma disposição de resíduo no aterro, mas você está dizendo também que os orgânicos estarão no aterro, eu não consigo entender como esses indicadores se conversam. Então, esse é o primeiro ponto. Em segundo ponto, acredito, já tratando do R8 que, pensar no universo de 2033 que apenas teremos 10% de desvio de resíduos orgânicos dos aterros sanitários é muito pouco, para a realidade do Brasil, muito, muito, pouco! Sei que é um enorme avanço, por exemplo, considerando que no Norte, em 2017, é 0,01 e vai passar para 7,2, é um crescimento considerável, mas ainda assim, é muito pouco! Eu acho que, de novo, o Plano, ele pode aí, nesse sentido, mostrar muito mais aonde queremos chegar e, principalmente, o “como”. Além disso, os indicadores R5 e R6 que também contribuem muito para os indicadores R4 e R8. Os indicadores R5 que trata da coleta seletiva, eu acho ele ainda muito frágil. E, nesse sentido, enfatizo o indicador R8: quanto melhor for a segregação dos resíduos, quanto melhor for a separação, e a destinação adequada dos resíduos, melhor será a aplicação da coleta seletiva e, portanto, da reciclagem. Além disso, se, de acordo com o SNIS, que é um indicador do IN do SNIS, que trata da auto suficiência dos prestadores e o próprio SNIS diz, e o Plano reforça, que no Brasil os prestadores de serviços de resíduos não são suficientes, ou seja, a despesa é muito maior do que a receita e, nesse sentido, está acontecendo que os municípios possuem uma pouca receita porque, em geral quem presta o serviço de resíduos a própria Prefeitura, se o serviço é insuficiente, ela tá pegando a receita de outro, que poderia ser utilizado em outros serviços dentro da Prefeitura, e destinando para cobrir o serviço de resíduos. Por que que, nesse sentido, ainda a cobrança é tão pouca para chegar a 80% em 2033? Sei que existe um caderno temático que trata explicitamente disso, confesso que não tive oportunidade de ler ele todo, porque são muitas informações, são muitos cadernos temáticos, eu tentei focar explicitamente dentro do Plano. Gente, já falei bastante, né? E aí nesse sentido, eu acredito que outros indicadores, R4 e R8, de R4 a R8 merecem ser revistos, merecem dar uma olhada, principalmente para que a fração de resíduos orgânicos, a fração de resíduos recicláveis e a diminuição de rejeitos em... diminuição de resíduos em aterros, ocorra e, de fato, ocorra. Isso significaria em menores custos já que, se estamos pensando que a coleta indireta é uma forma de diminuir custos, porque que não aumentamos então a valorização do resíduo? Porque que não deixamos de enterrar dinheiro? Porque que a gente está enterrando material que pode ser reciclável? Porque que estamos enterrando o material que pode ser desviado de aterro? Isso não iria melhorar... não iria aumentar a receita? Contribuir para que os prestadores sejam mais suficientes? Bom, acho que são reflexões que poderíamos fazer, e que o Plano poderia inovar. Sei também que o plano de resíduos, conforme a 12305, não está feito, mas eu acho que o Plano

Nacional de Saneamento não pode esperar do Plano Nacional de Resíduos. Não podemos esperar, a sociedade precisa de uma resposta. Passando para o capítulo de investimentos, eu tenho uma certa dúvida, e é de fato uma dúvida, porque está descrito aqui que os maiores investimentos para água e esgoto, tabela 7.1, página 165, é para a região Sudeste. Nesse sentido a minha dúvida, porque que os melhores investimentos estão na região Sudeste sendo que o maior déficit está na região Nordeste? Ou seja, em números absolutos de domicílios sem acesso à água e esgoto, está na região Nordeste, em quantidade, em qualidade. Porque que os maiores investimentos estão previstos para região Sudeste? Isso eu realmente confesso que é um desconhecimento, e eu acho que eu estou trazendo para cá, e não para audiência... não para a consulta, porque eu acho que é mais um sentido de esclarecer, e não de tentar fazer uma mudança, nenhuma supressão, nada nesse sentido. Passando adiante para outra contribuição, acredito que o capítulo de... a partir do capítulo de cenários, onde a gente começa a analisar esse “como” que eu acho que é a principal pergunta, vi com muito avanço o capítulo de cenários, achei que ele foi muito bem escrito, muito em comparado ao que era antes, conseguiu avançar bem, em termos assim de conseguir separar, de conseguir enxergar os vários cenários e acredito que, com base nas diretrizes e nos cenários também foram formuladas as estratégias, as prioridades das estratégias. E aí nesse sentido, como já estava mais no final do documento, nesse momento aqui eu já não consegui avaliar com tanto critério. E aí tentei focar... tentei focar na questão das prioridades. E aí a minha dúvida é, qual é o critério para escolher a prioridade? Porque digo essa pergunta? Quando eu vejo o A10 e o A11 que tem prioridade 1, e que ele está estritamente relacionado a planejamento, na minha visão, ele deveria ser prioridade 3. Eu acho que o Plano, no momento em que ele está, tendo já 25% dele corrido, a gente tem que focar em ter planejamento estratégico e não desenvolver ações descoordenadas. Então, se você desenvolve ações sem ter um planejamento, sem ter uma articulação entre todos os setores envolvidos, como é que você vai garantir que as outras ações vão ser, de fato, bem empenhados? Então a minha dúvida é relacionada a isso, posso até falar aqui que ele cita muito bem a questão de adotar ações políticas ajustados entre recursos hídricos e saneamento, que são setores que se relacionam muito bem. Acredito que isso aqui poderia ser um exemplo de prioridade 3. Primeiro vamos adotar, vamos ajustar e depois, a partir disso, vamos ter ações mais contundentes. Passando mais para o final do documento, tenho uma dúvida em relação ao monitoramento dos indicadores auxiliares. Confesso que não consegui olhar todos, mas vi como um grande avanço, os indicadores auxiliares e acho que poderíamos ter um avanço de indicadores socioeconômicos. Acho que poderia ser uma certa forma de mostrar um outro patamar do Plano, que eu vejo poucos indicadores socioeconômicos. Tentei esboçar alguns indicadores, irei expor na consulta pública mas, por exemplo, um que eu acabei citando, essa perda econômica por enterrar resíduos, por enterrar dinheiro. Então quanto estamos perdendo por ano por enterrar resíduos? Pode ser um indicador auxiliar socioeconômico. Ou, por exemplo, o índice de... a receita proveniente da reciclagem de cooperativas não sei... E a minha última dúvida e questionamento dos indicadores auxiliares, e está muito relacionado por eu não ter lido os cadernos temáticos, claro, é porque aqui aparecem diversos indicadores auxiliares que, em nenhum momento, foi citado a sua pertinência, sua importância dentro do Plano. Então eu acho que, assim, poderia mostrar um pouquinho mais, já que ele está no documento do Plano, a sua importância. Nesse sentido, eu vou enfatizar um, mas tem outros, que está aqui: número de fábricas de cimento licenciadas para substituição energética tal, tal, tal... eu não consegui ler dentro do Plano, a importância de ter um indicador auxiliar para quantificar o número de fábricas de cimento licenciadas, e etc. Não estou dando o demérito, entendeu? Não estou falando que ele não mereça estar aqui. Mas eu acredito que existem tantos outros indicadores de saúde, e tudo mais, que são importantes, e quando eu vi esse indicador e não vi outros que eu imaginei, eu acredito que esse indicador é muito importante mas, que, eu não entendi e acredito que outras pessoas possam não entender. E eu acredito que

tem pessoas que tem o conhecimento técnico do assunto de saneamento muito pior que o meu, então se eu não consegui entender, eu fico imaginando que outras pessoas também não vão entender essa informação. Bom, finalizo as minhas apresentações aqui, de dúvidas e questionamentos, e também reforço que o Plano teve um enorme avanço, e acredito que a revisão conseguiu contribuir de forma significativa, e termino parabenizando o trabalho de todos. Obrigado!”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Obrigado, Guilherme! Vamos para a última contribuição.”

Sr. Fernando F. Carneiro - Fiocruz

“Boa tarde a todos e todas! Meu nome é Fernando Carneiro, sou pesquisador da Fiocruz no Ceará, professor aqui na UnB, já passei pela Funasa, minha área de atuação é na área de saúde e meio ambiente. Eu estou na área de epidemiologia, estou dando destaque para essa questão da epidemiologia porque na ponte saneamento e saúde, como a gente está discutindo aqui quanto vale um Plano, quanto vale um saneamento em tempos de arrocho fiscal? Existe uma coisa muito falada no saneamento, discute muito a fonte, mas ela parte de uma premissa de que cada 1 dólar gasto em saneamento economiza 4 dólares na saúde. Essa premissa muito falada nesses debates da saúde e saneamento, ela parte de uma premissa aqui: saneamento, sobretudo, é investimento e não é só gasto. É investimento em saúde! Nós estamos hoje com o Brasil líder em doenças emergentes, é emergente, já foi citado aqui que comunidades aqui bem próximas, que bom que estão presentes aqui para contar sua realidade. E as grandes epidemias que atingem milhares de pessoas no Brasil têm relação estreita com ausência de saneamento. E o Brasil que está querendo entrar no clube dos ricos, na OCDE, um país que ainda milhões de pessoas não têm banheiro, não tem onde fazer suas necessidades. Como é que quer entrar no clube dos ricos? Um país que, vocês acabaram de mostrar, a própria análise de 2010 a 17 aumentou a porcentagem de água inadequada. Então assim, nessa hora de fazer a discussão aí com a equipe econômica, se quiser entrar no clube dos ricos um país que não tem água de qualidade nem para a população para beber não vai entrar nunca! Vai ser sempre, como se diz, um membro meia boca. Tem uma economia pujante, uma das maiores do mundo, mas aquela velha história: economia rica e povo pobre. Então, vou colocar cinco pontos de forma objetiva por causa do horário, também tenho voo. Essa relação então, água e saúde, água e pobreza, ela é muito sensível e muito delicada. E isso tem que ser valorado no processo de luta por maiores investimentos no Plano. Então, um segundo ponto que eu queria destacar, tem muito a ver com esse discurso de: olha, não estou conseguindo executar, recebemos 4 bilhões do FGTS e só estamos executando a metade. Se hoje eu, por exemplo, fosse aqui o Presidente da República querendo entrar de corpo inteiro na OCDE e chegasse para vocês com um presente: “olha, eu estou aqui querendo priorizar o saneamento!” Aí eu escutasse dos meus ministérios: “olha, Presidente, não bota muito dinheiro no nosso ministério não, porque vai sobrar, o pessoal não vai conseguir gastar!” Eu realmente ficaria muito... acho que eu queria demitir a equipe toda porque, que negócio é esse? Eu nunca vi isso! Eu acho assim, se tem problema a gente se organiza para resolver o problema. Existe uma coisa no Plano, chama Programa Estruturante, o Programa Estruturante é para resolver isso. É a gestão, então, nós temos que garantir que, se temos recurso, o recurso é para resolver os problemas. Falta capacidade funcional? Então, o recurso é para dar capacidade funcional, para treinar, para formar... O que a gente não pode é usar um argumento que eu acho que, ele é muito perigoso. É um atestado de incompetência que a gente está dando para todos nós. Então, se tem problema nós que temos que apresentar a solução. A solução tem que estar nesse Plano... a

solução dessa estruturação. A gente não pode dizer que não podemos ter dinheiro porque a gente não sabe gastar, não sabe executar. Então, isso é um problema para o Plano. Uma terceira questão que tem a ver com essa, que ajuda a potencializar as políticas públicas. Para uma política pública, quanto mais participação, ela tem muito mais chance de ter sucesso. E o que a gente tem visto, por exemplo, o Conselho das Cidades já não... eu sei que o Ministério já nem existe mais, das Cidades, mas não se reúne, ou seja, inclusive no GTI, no Decreto 8.141 de 20 de novembro de 2013, que constitui o Grupo de Trabalho Interinstitucional, era para ter... no art. 2º se coloca aqui, o trabalho do GTI, pelo menos oito segmentos do Conselho das Cidades acompanhando esse trabalho, a sociedade civil, isso é fundamental para a gente conseguir ganhar essa maior participação. Então, quando a gente pede para adiar não é no sentido de que isso vai... que queremos atrapalhar. A gente quer que seja implementado plenamente, o PNSR. Mas quando ele pede para ter esses seminários regionais, nós estamos diante aqui agora de uma equipe do Ministério da Integração Regional, saneamento está na Integração Regional, cadê a integração regional? Duas audiências na capital federal? Um lugar de difícil acesso? Estou falando difícil acesso porque nem linha de ônibus tem! Se gente de comunidade quiser chegar num lugar como esse aqui. Então assim, é difícil pensar em integração regional, imaginar que o plano passado ainda teve 10 seminários, dois para cada região e agora a gente achar que só duas reuniões em Brasília nós estamos fazendo integração regional. Então, é também muito complicado. E para reforçar estas questões também do social, essa questão racial, de renda, “n” pesquisas mostram como o saneamento anda junto com as questões da desigualdade. E se a gente quer um país mais igual, o saneamento é um componente de cidadania. Por isso que, se a gente não olha o impacto disso, a gente fica realmente com um plano que fica meio perneta. Então, é importante isso ser estruturado, é importante isso ser visibilizado, porque onde estão os maiores déficits de saneamento no Brasil? Estão nas regiões Norte e Nordeste, estão nos municípios rurais mais pobres, é a população negra, que grande parte da população negra não tem acesso a saneamento. Se a gente não olha para isso, a gente está colocando um véu sobre isso, invisibilizando toda essa situação. Então, acho que era isso. Eu queria destacar essa questão e dizer para vocês que o melhor plano é o plano que realmente consegue chegar, como o representante do Sol Nascente aqui falou, quando ele diz que uma coleta, por exemplo, por semana, eles estão vivendo lá no lixão, praticamente, então ele está dizendo claramente, eu acho que ele representa aqui milhares de comunidades do Brasil, que isso nunca vai poder ser adequado! O Plano está dizendo que é adequado. O Plano está dizendo, a própria análise do Plano que a água sem condições de ser... que a água imprópria está aumentando no Brasil. Então, a gente tem que lutar sim. Por mais investimento, e nisso o Plano, ele tem que ser corajoso! Então é isso o que a gente pede para vocês: mais debate e mais coragem para fazer um Plano que coloca o saneamento com cidadania. Obrigado!”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Muito obrigado! A última intervenção, por gentileza, desse bloco...”

Sra. Ivone Santos da Silva - ASFFSN

“Boa tarde! Meu nome é Ivone, eu sou estudante da área da saúde da Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia. Sou moradora do Sol Nascente e sou nordestina. Então, algumas pessoas até falaram aqui em alguns aspectos em questão da necessidade até de um maior investimento no nordeste mais do que o colega falou ali. Há mais ou menos, um pouco mais de um ano, eu fui visitar minha cidade e a água potável lá não é potável, é uma água amarela e clorada, muito clorada. Eu fiquei uns 15 dias lá sem conseguir nem tomar uma água. E lá eu não

sei nem se tem aterro sanitário para te falar a verdade. E como moradora do Sol Nascente, eu quero dizer que a coleta é precária realmente, é um risco de doenças muito grande, não temos coleta seletiva, temos muitos catadores que se arriscam entrando nos papa-lixo para catar lixo, eu já vi, inclusive, pessoas colocando crianças para entrar e catar o lixo reciclável. E há muito tempo a gente convive com isso. Quando eu mudei para lá não tinha água encanada e se eu quisesse, eu Ivone, quisesse tomar uma água, água tratada, eu tinha que ir com o galão de água atrás e pedir. Eu já fiz isso. E assim, até essas doenças como dengue que já estava mais ou menos controlada, que estão voltando aí agora, os hospitais cheios de pessoas, de crianças doentes. Quando eu cheguei lá era muita hepatite, doenças parasitárias. E aí a gente vê isso tudo voltando aí e o investimento caindo. Ou seja, vai piorar, vamos retroceder no tempo, voltar às coisas como eram antes. E a gente queria, assim, ser atendido também como as grandes cidades, a gente tem o direito à coleta seletiva, o direito à coleta na porta, todos os dias, que é o correto! Porque apesar de, às vezes, o caminhão ir lá fazer a coleta duas vezes por semana, é muito lixo. Eu não sei se algum de vocês já foi no Sol Nascente, é muito lixo, é uma fábrica de lixo. E fora que a gente sofre também com enxurrada, acho também que teria que investir em educação sanitária, também. Eu fiz só umas poucas anotações aqui, que eu nem ia falar, tá gente? A questão também de investir em saneamento básico para diminuir as filas nos hospitais. Porque é o correto também. Porque não investe em saneamento, nós estamos adoecendo e nós também não temos acesso à saúde. Então, está tudo precário. E eu queria pedir também que a próxima audiência também fosse mais divulgada e num local mais acessível. Ou então pelo menos fosse divulgado antes o local para a gente se organizar e poder trazer a população para participar. Porque o Sol Nascente é uma população que participa, que gosta, que quer estar por dentro, quer participar bem. Fora que é uma coisa que estão decidindo os nossos direitos. Então, nós queremos estar aqui e participar dessa decisão. Eu espero que o Plano seja realmente focado nas necessidades da população, do povo. É só isso. Muito obrigada!”

3.4 Esclarecimentos e comentários da equipe da SNS/MDR

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Muito obrigado! Agradeço a todos, as contribuições, muito qualificadas todas elas. Lembro, mais uma vez, da necessidade de... ou da oportunidade de fazer as contribuições pela Consulta Pública, para que a gente tenha tudo isso registrado. E como eu havia comentado e o André também, é todo o nosso interesse de aperfeiçoar o Plano que está disponível para consulta e essas contribuições, seguramente, terão esse efeito desejado. Vou passar aqui para os meus colegas. Acho que o Ernani, inicialmente, vai fazer uma abordagem e depois a gente dá sequência.”

Sr. Ernani Ciríaco de Miranda

“Bom, é... O primeiro comentário que eu queria fazer é que a gente não devia ter pedido o Guilherme, porque ele olhou com tanto critério tudo que está escrito ali, que as contribuições dele já podiam estar lá dentro já de uma vez.”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Eu acho que ele tá treinando para fazer avaliação... participar de banca de mestrado e doutorado.”

Sr. Ernani Ciríaco de Miranda

“Foram feitas muitas observações e... o que eu queria comentar, de uma forma mais geral, só para a gente... um primeiro ponto que eu queria falar só para a gente se situar no processo, eu sei que todos devem estar situados, mas pelo menos para lembrar, nós estamos falando de um Plano Nacional e não de um plano do Governo Federal. O plano é um plano para os três níveis de governo e é um plano para todos os prestadores de serviço, para os reguladores, para todos os agentes de controle social, para todos os atores com atuação no saneamento básico brasileiro. Esse é o primeiro ponto. Então, por mais importante que sejam colocações é... que a gente tem que tentar avançar em alguns pontos, muitas vezes a gente esbarra nessa questão da distribuição de competências. Isso é uma situação que a gente convive com ela no Brasil no saneamento básico já de muitos anos. Porque essa distribuição de competências, ela, muitas vezes, ela é levada a sério por causa das dificuldades que ela impõe, mas outras vezes ela é levada a sério pra poder a gente criar uma barreira sobre aquilo que a gente podia fazer de melhor. Podia fazer isso, mas o Governo Federal não bota lá dinheiro. Ou então o Governo Federal idem: eu quero fazer isso, mas o município não tem condições. Como disse a Priscila lá: cheio de adjetivo negativo para o município. O que está errado também. Então, uma concertação nacional em torno da política de saneamento, ela é fundamental e ela foi tentada formalmente na proposta de lei... o Sérgio estava na secretaria na época que foi apresentada em 2007, quando nós fizemos um capítulo inteiro sobre Sistema Nacional de Saneamento Básico. Com uma caracterização clara das responsabilidades de todos os entes federados, dos ônus e bônus da atuação de todos os entes federados. Esse capítulo foi inteiramente retirado quando passou pelo Congresso Nacional. Não ficou nada desse capítulo e até hoje a gente sofre muito com isso porque fica difícil você... até mesmo para avaliar o Plano está escrito nos relatórios de avaliação do Plano. A gente tem muita dificuldade de avaliar o Plano, por causa disso. Veja, por exemplo, o que foi falado em mais de uma oportunidade que o ideal seria que o Plano, a revisão do Plano hoje trouxesse a informação sobre o que ocorreu de 2014 a 2018. Isso está posto na análise situacional. Agora, poderia ter algo mais pragmaticamente colocado sobre cada meta, sobre cada ponto, poderia! Só que isso aí se perde um pouco porque não é possível você associar o que foi feito em decorrência do Plano e o que não foi feito em decorrência do Plano. Quanto que investiu cada município sem recursos que passaram pelo Governo Federal? A gente não consegue apurar no Brasil. Quanto foi investido pelos Estados sem recursos que passaram pelo Governo Federal? Não consegue apurar. Quando o Guilherme ainda estava lá, foi bom que ele falou muito e agora eu vou falar! A gente tentou fazer uma pesquisa junto aos Governos Estaduais, pra perguntar assim: o quê que vocês estão fazendo - a Tatiana também estava lá no Ministério - do ponto de vista de atender as estratégias do Plansab? Um questionário onde a gente perguntava assim: do ponto de vista da capacitação, do ponto de vista da assistência técnica, do ponto de vista da educação ambiental? Tentamos apurar isso nas diversas secretarias de saneamento estaduais, tivemos muita dificuldade! A gente não obtia as respostas. E quando a gente tentou fazer no Governo Federal não foi muito diferente também não! Nos inúmeros Ministérios e órgãos que atuam em saneamento, muitas vezes a gente não tinha a resposta completa por causa das dificuldades que existem. Então, esse é um fator que às vezes pesa muito na dificuldade de detalhar muito o Plano. É um fator que levou, desde a concepção original do Plano, a gente ficar no nível macro, no nível das grandes diretrizes, das grandes estratégias. E até mesmo do ponto do programa, o programa traz grandes macrodiretrizes, ele não detalha os programas no Plano. São abordagens que eu queria fazer. Então, embora essa questão do Sol Nascente que foi colocada, ela é fundamental, ela é importante, mas é um assunto que, claramente, teria que ter sido tratado no Plano Distrital de Saneamento Básico recém-aprovado. E uma solução pra ele é, específico do Sol Nascente, teria que ser tratado lá. O quê que o Plano Nacional acha que pode usar? Usar a

experiência que vocês relatam para avaliar se vale a pena manter ou não essa situação que está posta para o resto do País. Que eu entendo que é esse o intuito da colaboração que vocês trazem. E, realmente, essa questão da coleta indireta se tornou um dos pontos bastante polêmicos dessa revisão do Plano que precisa passar por uma reanálise. Mas eu gostaria de enfatizar que antes de colocar, nós consultamos o Ministério do Meio Ambiente, que é responsável pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, que concordou com a mudança. Mas nós vamos reavaliar isso daí, assim, como a periodicidade da coleta. Outro ponto que eu queria colocar é que a gente tem uma situação no Plano que, por exemplo, a Cecília colocou, como é que vai ser... como é que foi que ela falou? Eu acho que você falou a questão da regulação, quem é que vai regular e fiscalizar o Plano de Saneamento Básico? É uma abordagem que o Plano não tem como dizer, não tem como, porque a titularidade é municipal. O País acabou enveredando com um modelo de regulação que se espelhou no modelo de organização da prestação dos serviços. Então nós temos a prestação dos serviços organizada no nível local, microrregional e estadual. O quê que a regulação fez? Se organizou do mesmo jeito! Nós temos regulador municipal, regulador microrregional e regulador estadual. E aí os conflitos que existem... as divergências que existem na prestação foram para a regulação. Então, o Plano não tem como dizer isso. A não ser dizer que tem que ser cumprida a Lei, e a Lei dá abertura para que haja vários modelos, para que haja vários atores atuando na regulação e fiscalização como está ocorrendo hoje no País. Então, são aspectos que eu queria enfatizar da dificuldade do Plano pelo fato dele ser um Plano Nacional e não plano do Governo Federal. Agora, eu concordo com o Fernando quando ele disse que o Plano tem que ser... como é que você usou o termo? Mais ousado, né? Tipo assim. Eu concordo. Uma das funções do Plano, ao meu ver, é não se contentar com a realidade que ele próprio diagnosticou e propor avanços e evoluções nessa realidade. Mas, por outro lado, o Plano tem uma lógica que nasceu na sua concepção original, de avaliar cenários. Ele se assenta em cenários que são postos em função das variáveis que foram analisadas e dá sua projeção. Se eu puser hoje o montante de recursos que o setor precisa prevendo o dobro de investimentos em relação ao PIB, o dobro de investimentos históricos em relação ao PIB e eu fizer todos os investimentos, o País tem que crescer 7% ao ano. Isso está escrito no Plano no Cenário Universalização. Na média teria que dar, na média de 15 anos, teria que dar, se eu não estou enganado, 6%. Mas tem ano que tem que chegar a mais de 7. Então, eu poderia fazer um Plano assentado num cenário desse? Não tinha como, né? Por outro lado, o cenário pessimista, que é o Cenário Distante da Universalização, ele deixa claro lá, um nível de crescimento muito inferior que, aí sim, ficaria muito distante das expectativas do País e da sinalização que o Governo deveria dar para o País em termos de propostas. Então nós ficamos com o cenário intermediário que é muito difícil. Que o cenário intermediário ele requer um crescimento médio, se eu não estou enganado, de 3,5 a 4% em 15 anos. Para isso acontecer vai ter que ter ano que vai ter que crescer 5, 6 ou 7%. Além disso, o cenário intermediário, ele requer um nível de concertação institucional mínimo, que não seja o nível mais adequado do ponto de vista da atuação dos governos como gestor e promotor da política pública não no nível adequado, mas é um nível que precisa avançar muito em relação ao que é hoje. Esse cenário também não prevê uma relação interfederativa adequada, consolidada e positiva para a política pública, mas ele requer que é necessário avanços na relação interfederativa que hoje é pequeno do ponto de vista das políticas públicas e também da política de saneamento. Então, ele é um cenário que a gente está chamando de intermediário. Assentamos as propostas do Plano nele, mas ele não é um cenário tão intermediário. Ele está mais para positivo do que para intermediário. Fazendo essas projeções todas que o cenário aponta não é possível prever o nível de recursos para 15 anos maior do que o que está proposto segundo aquela distribuição de 40 - 60 ao meu ver. A gente pode rever tudo isso, reanalisar tudo isso. Mas não é possível. Por quê? Porque nós partimos de duas premissas na elaboração do Plano que foram amplamente discutidas com GTI na época que ainda estava funcionando o Conselho - que

parou de funcionar, mas na época estava funcionando - foi o seguinte: a gente deveria manter o horizonte final do Plano nessa revisão, porque ainda é a segunda revisão apenas. Então a gente não quis mudar o último ano do horizonte que é 2033, ponto um. E ponto dois: a gente deveria manter as metas de fim de Plano. Porque as metas ainda não são nem a universalização, se a gente reduz elas, era uma sinalização muito ruim tanto para a sociedade quanto para os governos. Porque o governo também precisa ser pressionado com metas mais interessantes. Com essas duas premissas adotadas, ficou difícil você avançar mais do que nós colocamos até agora. Volto a dizer, isso pode ser revisto e analisado. E nós tivemos que mexer na meta de curto prazo. Se vocês analisarem bem lá, as metas de curto prazo pra esgoto diminuíram, no curto prazo. Para botar esse dinheiro que está aí tivemos que diminuir. Porque se a meta fosse a anterior, a necessidade de recursos seria muito maior. E aí a gente esbarraria naquilo que eu já chamei atenção. Não estou dizendo isso no sentido de dizer que a gente tem que ser pessimista e deve se contentar com essa situação, mas também não adianta nada a gente propor algo muito além do que está posto. Quer dizer, a capacidade de execução é baixa, ela é baixa. O quê que adianta eu botar 80 bilhões no curto prazo, por exemplo, de dinheiro federal se eu tenho certeza absoluta que dados... se eu melhorar 100% as condições instalados eu não consigo executar. Não executa! Nós estamos executando 1 bi ao ano de recursos do OGU, 1 bi ao ano. Então, essas limitações, elas não devem nortear o Plano, mas o Plano também não pode se distanciar excessivamente dessa realidade. Porque o prazo é de 15 anos. A não ser que a gente mude o Plano para um novo horizonte, o que seria uma hipótese também que poderia ter sido colocada: mudar o horizonte do Plano, retomar 20 anos, por exemplo, de horizonte que a Lei prevê. Essa seria uma hipótese. Essas premissas levaram a essa situação. Eu não digo que tudo o que eu estou falando é a verdade absoluta. Eu sei que há possibilidade de novos argumentos e novas questões a serem colocadas. E eu acho que adiar a Consulta Pública vai ser positivo nesse sentido e se o Ministério puder fazer mais audiências eu acho que é importante fazer também. Na versão original do Plano eu fui em todos os 10 seminários regionais, entendeu? Eu fui em todos! Um outro ponto que eu queria colocar e aí eu vou finalizar aqui, é o seguinte: quando a gente fala assim, 60% para outros agentes não federais é muito, que é o que está sendo colocado. Se a gente pegar a série histórica do SNIS, os prestadores de serviços de água e esgoto declaram que 50% dos investimentos foi feita com recursos próprios. Teve ano que chegou a ser 58% dos investimentos com recursos não federais declarados ao SNIS pelos prestadores de serviços, pelos municípios, pelos estados. Água e esgoto é a grande maioria dos investimentos necessários. Se a gente pegar a drenagem e os resíduos sólidos, dá pouco mais de 100 bilhões de reais, como o total é 600, nós temos uma parcela muito grande de água e esgoto. E a realidade histórica do setor saneamento brasileiro já é investimento de 50% de recursos não federais. Então nós saltamos para quanto? Para 60! Não está tão distante desses números que já existem e que estão postos aí na questão. Em relação às estratégias eu acho que o Samuel vai falar, mas eu só queria fazer uma abordagem. Não houve nenhuma intenção de retirar estratégias e retirar diretrizes do Plano. Isso não orientou o trabalho de revisão do Plano. O que orientou o trabalho de revisão do Plano, orientado pelo GTI-Plansab era que era necessário ser mais objetivo nas diretrizes e estratégias, ter menos diretrizes e estratégias e ter uma priorização. Desde que não se perdesse a essência das propostas da versão original. Essa foi a orientação e foi com esse sentido que foi trabalhado. Se se perdeu algo importante segundo a visão de quem está fazendo essa análise, eu acho que tem que ser reavaliado, na minha opinião tem que ser reavaliado. Jamais a gente iria propor retirar a importância da educação ambiental do Plano. Pelo menos as pessoas que trabalharam nesse processo, eu tenho certeza que não fariam isso. Então, a gente tem que sentar e ver qual foi o problema e, em minha opinião, retomar se for preciso retomar. Não tem problema! E o critério de priorização, o Samuel vai explicar, mas foi ouvido o GTI-Plansab também... foi ouvido, aliás, eu mesmo tenho uma autocrítica à parte inicial do Plano onde o GTI-Plansab está sendo pouco

citado. A gente tem que citar mais porque as diretrizes para esta revisão, embora o Conselho das Cidades não esteja funcionando há muito tempo, quando ele estava funcionando e com o GTI-Plansab funcionando, várias das diretrizes para essa revisão nasceram lá na reunião do GTI-Plansab, com representantes dos movimentos sociais, representantes dos trabalhadores, representantes da sociedade civil e representantes de Governo que era assim que funcionava e nos reuníamos pelo menos três vezes por ano. E nessa época grandes orientações foram tiradas depois, infelizmente, eles acompanharam pouco ou quase nada, porque o Conselho parou de funcionar e o GTI também parou de funcionar. Mas tiramos muita coisa de lá, dessas orientações todas. Eu vou parar por aqui, tem muito mais gente para falar. Eu acho que a gente aqui para tudo o que foi falado só vai poder fazer grandes comentários, se alguém sentir que faltou resposta a algum ponto específico ou outro deveria se manifestar para a gente tentar responder pontos mais específicos.”

Sr. Sérgio Luís da Silva Cotrim

“Uma boa tarde a todos! Eu participei efetivamente da revisão do Plansab, auxiliei na questão dos resíduos sólidos e da drenagem. Então, eu vou tentar esclarecer como é que a gente chegou nesse conceito, aonde a gente disse que atendimento adequado é coleta direta ou indireta, com frequência mínima de uma vez por semana e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos. Primeiro, ele é um conceito com três variáveis: nós temos aqui tipo de coleta, temos frequência e destinação final. Então, com destinação final, acho que ninguém tem polêmica. Ambientalmente adequada vai para aterro sanitário, beleza! Aí entra a polêmica com relação... o debate com relação à direta ou indireta. Nós temos muitos casos, que temos coleta indireta, que é um atendimento adequado. Você queria falar, Guilherme?”

Sr. Guilherme da Silva Pereira - UnB

“Oi Cotrim! É porque a minha dúvida da destinação ambientalmente adequada, é porque acredito, principalmente de acordo com a tabela do SNIS, que estão considerando todos os tipos de resíduos como ambientalmente adequados sendo destinados para aterro. Por isso que eu estou perguntando.”

Sr. Sérgio Luís da Silva Cotrim

“Então assim, então a gente vai ter que trabalhar agora um outro conceito, o conceito de rejeito. Então a questão... o rejeito, o conceito de rejeito, ele foi... ele surgiu na Lei 12.305, aonde ele diz que rejeito é aquilo que economicamente, ambientalmente não tem uma destinação adequada. Então para nós quem define o que é rejeito é o plano local, é o município. Então mesmo que você tenha potenciais de material, com materiais no resíduo com potencial de serem reciclados naquela região, ele não é! Um exemplo aqui é o Distrito Federal que decretou que o vidro aqui no Distrito Federal era rejeito. Então isso é uma atribuição, uma competência local, então quando... no nosso... nossa interpretação o que está indo hoje para o aterro sanitário é aquilo que o município, a localidade não conseguiu desviar. Então, no nosso entendimento, esse volume que vai para aterro sanitário é o rejeito. Então aí, acho que já... eu atendo como é que a gente chegou... como é que nós chegamos nessa quantificação. Então, como eu falei nós temos três variáveis nesse conceito: tipo de coleta, frequência e disposição final. Então voltamos: disposição final entendemos que, ir para um aterro sanitário é ambientalmente adequado, ir para um lixão ou aterro controlado não é ambientalmente adequado. Depois nós entramos no tipo de coleta: coleta direta ou indireta. O SNIS, ele revelou que uma boa parcela do que estava sendo

coletado em algumas regiões era decorrente de uma coleta indireta e era um bom serviço, um serviço bem prestado. Então nós não podemos assim, agora dizer que a coleta indireta é ruim. E aí a terceira variável, a variável frequência. Que é a que nós colocamos que, no mínimo, aceitaríamos uma vez por semana. Claro que, quando você olha só a coleta direta uma vez por semana, não concordamos que é algo adequado. Mas, quando você vê os dados, aonde você está dizendo que uma boa parte, acho que foi em torno de 10% do que era coletado era de forma indireta e com frequência maior que uma vez por semana, nós tivemos que colocar que a coleta direta e indireta, também devido ao serviço público urbano, ele pega uma boa parte da franja rural, e ele é incorporado dentro do serviço urbano, isso acontece, tem uma franja, tem áreas de difícil acesso que a coleta é feita de forma indireta, e isso estava sendo contabilizado lá na disposição final. O SNIS, ele contabiliza disposição final e a tipologia. Então para que a gente chegasse num conceito que a gente pudesse quantificar, em nível nacional e não excluísse a coleta indireta que estava sendo feita em muitas áreas e de forma adequada, e que era considerado um serviço bem prestado, nós chegamos a este conceito. E na discussão interna com a equipe se chegou no limite: não podemos admitir algo com menos de uma semana. Foi essa a lógica que conduziu a esse conceito. É obvio que quando você faz uma leitura, aonde vocês pegam duas variáveis e fazem uma leitura sem o contexto, você vai dizer: a coleta direta uma vez por semana não é... então, todo o conceito está errado? Não! O conceito, ele foi construído dessa forma então, só para contextualizar de como nós chegamos nesse texto. E isso é quantificável. Nós temos como quantificar isso em nível nacional, que você conhece bem o SNIS, para poder chegar nos números que foram apresentados. Isso não estou dizendo que a gente não possa rever a questão da frequência, mas eu acho que a questão da coleta indireta, eu acho que isso já foi classificado, assim, nós entendemos que tem muitos... assim como tem exemplos ruins, nós temos muitos exemplos bons de coleta indireta, e que a população está sendo bem atendida e está satisfeita com a tipologia. A questão da frequência eu acho que aí é um ponto que a gente poderia realmente discutir melhor e com os argumentos que vocês vão apresentar, a gente vai fazer uma discussão interna, e rever isso. Você também levantou a questão da disposição final. Os levantamentos que nós fizemos para o Plansab, realmente, nós temos em torno de 60% dos municípios estão dispendo seus resíduos em lixões. Mas eles representam apenas 30% da população, então, nós temos uma disposição ambientalmente adequada nas regiões mais adensadas, que é Sul e Sudeste, que ocorre essa disposição adequada. Agora, depois tem que ver como é que você chegou naqueles números do SNIS, a gente pode conversar depois, para ver como é que se chegou nesses percentuais. A gente fez um levantamento - que o SNIS, ele não é 100% dos municípios - a gente faz um levantamento associando com os dados do MMA. Aí eu tenho uma informação de 100% dos municípios com tipo de disposição e a gente associa a população, geração per capita e a forma como a gente chegou nos números do Plansab. Então, a gente hoje pode dizer que tem bastante segurança de discutir esses números da disposição final. Aí o outro tema que foi levantado, a Cecília, acho que ela falou: “como é que você garante a manutenção das estruturas de saneamento para que elas tenham continuidade, o serviço seja bem prestado?” Existe uma correlação no resíduo sólido, na gestão de resíduos sólidos, que mais de 80% dos municípios que dispõem em lixões, eles não têm nenhum tipo de cobrança. Então, a questão da cobrança de uma taxa e depois que essa taxa seja compatível com os custos, é algo que nós entendemos que é fundamental. É para isso que já existe um indicador no Plansab: “municípios que cobram taxa ou tarifa”. O outro tema que o Guilherme levantou, foi com relação ao desvio de resíduo orgânico de aterro. Se você ler o conceito do desvio daquele indicador, acho que é o R8, você vai verificar que a gente considera como desvio somente os resíduos que foram encaminhados para compostagem ou biodigestão. Então aí, nós estamos sim considerando que é desviado aquilo que vai para um tratamento adequado. E isso é uma tendência mundial de aumentar a reciclagem do orgânico, de reduzir as emissões dos gases de efeito estufa. Então, a

gente qualificou muito os indicadores do resíduo sólido, com essas tendências internacionais, de desviar o orgânico, de sair do aterro para tecnologias mais amigáveis ao clima, de aumentar a reciclagem que, energeticamente a reciclagem é muito mais eficiente do que a queima direta dos resíduos. Então, a gente está indo nessa tendência. Então, acho que com os pontos que foram colocados aqui, isso daqui também é um debate um pouco mais genérico, aí quando vierem os questionamentos por escrito, a gente também vai manifestar um pouco mais aprofundadamente.”

Sr. Samuel Weimar Cavalcante e Silva

“Bom, eu queria responder aqui em relação à questão das diretrizes e estratégias. Fico muito feliz de esse assunto ter emergido em todas as audiências e terem emergido mais de uma vez e mais de uma pessoa ter se preocupado com esse assunto. Porque esse é um dos temas principais do Plano já que eles... já que eles, digamos assim, é a dimensão prática do Plano, né? Você tem as metas e as estratégias, elas dizem respeito justamente a como tudo isso que foi pensado, todas as metas, todas as políticas vão ser, digamos assim, implementadas nos órgãos, nas prefeituras, nos estados, como é que se articula isso em termos de ações. Então, eu acho muito importante e espero que todos os questionamentos que surgiram aqui em relação às estratégias se transformem em propostas para que nós avaliemos, porque eu acho que é muito interessante, porque foi um trabalho muito interessante, quando você tem muitas estratégias e você tem, com a experiência das avaliações anuais do Plansab, você tem continuamente a crítica de que elas eram muito numerosas, e que eram muito abstratas, e que eram muito genéricas, e que tinham muitas zonas cinzentas. Aí quando você se dá ao trabalho de tentar fazer essa tarefa de organizar, de sintetizar, de fazer com que elas sejam mais focadas e que elas tenham mais um texto de estratégia, então é uma problemática muito difícil. Então, como o Ernani falou, não tivemos a intenção específica de tirar aquela ou aquela outra estratégia, mas de repente pode nos ter escapado, no cômputo geral, já que eram cento e trinta e poucas e a gente estava no esforço de fazer a síntese, talvez tenhamos pecado. Então, é interessante que as pessoas apontem para nós, onde é que isso é necessário. Então, por exemplo, a história da educação ambiental, pode ser um desses casos, embora eu ache que ainda tem umas três ou quatro estratégias que se fala explicitamente de educação ambiental, enquanto tem algumas outras, em que o tema da educação ambiental é subliminar, embora a expressão educação ambiental não esteja explícito. Mas, de repente, seja necessário ser explicitado. Então é uma coisa a ser avaliada. Em relação à diretriz 10, espero que o Guilherme elabore e faça uma sugestão em relação a qual é a melhor palavra que a gente deve utilizar na diretriz 10, em vez de valorizar ou se melhoraria a elaboração. Em relação às prioridades, o Ernani introduziu um pouco, a prioridade das estratégias não foram uma mera avaliação subjetiva nossa da equipe em relação às estratégias que foram colocadas. Elas foram... nós tentamos desenvolver uma metodologia que fizesse com que a avaliação subjetiva fosse afastada. Então, a gente, baseado em uma metodologia comum, e que é utilizada por aí, que se chama matriz de... construção de uma matriz GUT - gravidade, urgência e tendência, a gente fez uma adaptação dessa matriz e fizemos uma consulta com os membros do GTI, e com um conjunto de e-mails que nós temos disponíveis dentro da secretaria. E baseados nas respostas dos técnicos, dos profissionais dos órgãos, a gente montou a nossa... quer dizer, cada técnico montou a sua própria matriz de gravidade, urgência e tendência em relação a cada estratégia e, baseado nisso, nós desenvolvemos uma metodologia para tentar fazer... definir, com base em todos as planilhas que nós recebemos, definir finalmente quais estratégias... a gente definiu a metodologia com base nisso. Poderíamos refazer? Não sei! Mas não foi a avaliação puramente subjetiva. Inclusive, foi surpresa para nós, alguns temas relacionados à gestão, ou relacionados a recursos hídricos, ou relacionados à educação ambiental que receberam baixa pontuação dos técnicos, enquanto outros pontos que, para nós não eram tão valorizados, receberam pontuação mais alta.

Então, isso é uma questão mesmo da discussão que foi colocada no processo. Em relação aos indicadores, Guilherme, essa é a parte, digamos assim, a parte mais flexível do Plano. Então, eu acho que a proposição de indicadores auxiliares, nessa reavaliação foram incluídos vários indicadores auxiliares, inclusive por causa da colaboração com a GIZ na Secretaria Nacional de Saneamento, então, esse é um âmbito do Plano que é bem flexível, que a gente pode trabalhar com outros indicadores auxiliares, inclusive que não sejam permanentes. Contanto que tenha informação regular que possa ter acesso, para a gente ter uma régua de medir como é que esse indicador está sendo efetivado ano a ano.”

Sr. André Braga Galvão Silveira

“Bom, vou fazer os últimos comentários, os meus últimos comentários. A Cecília questionou: “Como vamos avaliar as contribuições? Se todos falarem alguma coisa, como é que vocês vão reagir?”. Assim, é claro que o número de contribuições talvez alerte a gente para um problema que, na versão revisada, a gente não viu, isso pode acontecer. Mas não é o único critério de avaliação. Imaginem que tivéssemos aqui a União, todos os Estados e todos os Municípios, e todos os Municípios dissessem assim: “eu queria que 100% fosse agentes federais”. Então 5.570 contribuições. Aí os Estados dissessem assim: “ah, também eu queria 100% agentes federais”. Olha, temos quase 6.000 contribuições no sentido de que o esforço vai ser só nosso. O quê que eu estou tentando ilustrar? É que, é claro que o número de contribuições também é levado em conta, para abrir os nossos olhos, mas a argumentação, o que tem por trás, a possibilidade da mudança, as consequências que essa mudança traz de positivo, isso deve ser, claro, colocado na contribuição da consulta pública. Para que fique claro, qual seria o prejuízo de não agir da maneira como sugerida por cada um dos atores do setor. O Guilherme tinha perguntado um pouco sobre os investimentos no Sudeste. No capítulo de necessidade de investimentos, as divisões para a necessidade de investimentos têm categorias de expansão e reposição. Há um problema muito sério de ultrapassar o tempo de vida útil das nossas infraestruturas. Você começa a elevar o seu nível de perdas, você começa a ter problemas de pressão, extravasamentos... Então, esse tipo de investimento, ele deve ser considerado num planejamento nacional. E por que lá ele está separado? Para a gente entender exatamente qual é o investimento para expandir o sistema, ou seja, para melhorar os indicadores de acesso e os outros investimentos que estão mais relacionados à eficiência operacional. Como a macrorregião Sudeste tem um estoque de ativos muito grandes e os investimentos em reposição eles têm uma relação com o estoque de ativos, essa categoria de reposição para o Sudeste é alto. Então, quando você vê nos totais, ela acaba elevando e passando uma mensagem, se você não viu as categorias, de que, olha, o Sudeste está mais resolvido que o Nordeste, eu vou investir mais no Sudeste? Mas se você, dentro do capítulo de necessidade de investimentos, olhar a região Nordeste na parte de expansão, você vai ver que ela é muito maior do que na região Sudeste. Nesse ponto, o Plansab, ele está falando de quanto precisa investir no setor total, todos os agentes, então, são totalizações. Não quer dizer que a União vai priorizar o investimento em reposição em detrimento dos investimentos em expansão. Ali é uma totalização. Quanto custaria para chegar àquelas metas, sabendo que eu tenho que expandir meu sistema, mas eu também tenho que perceber o tempo de vida útil das infraestruturas. Quanto à questão da educação ambiental e tarifa social que a Tatiana sentiu falta nas diretrizes e estratégias, eu dei uma corrida rápida de olho, ela está lá, existe! Mas talvez o texto original seria melhor, não sei. Isso aí é uma avaliação de vocês. O que eu vi foi tarifa social, está! Educação ambiental também tem, tanto diretriz quanto estratégia. O que não tem, que eu não consegui identificar na minha rápida olhada, aqui na versão, é o volume mínimo, eu não consegui achar, talvez tenha eu não vi. Mas se isso é importante, por favor contribuam! E na primeira Audiência Pública a gente levou essa contribuição, essa sugestão também para vocês e

aqui eu vou repetir: ali tem prioridades, o Samuel falou como se estabeleceram prioridades teve uma espécie de um Delphi, mandou para algumas pessoas, especialistas, GTI, e aquilo foi priorizado. Vocês não concordam com a prioridade, a prioridade deveria ser outra? Por favor, digam! Olha, essa que está uma estrela aqui... Alguém comentou sobre articulação saneamento - recursos hídricos, eu pelo que eu me lembro, nessa diretriz todos estão um estrela, não sei ao certo, mas acho que sim! Então, é uma coisa muito importante do setor em relação às demais? Contribua! Diga, olha isso não pode ser uma estrela! “Você está brincando! A intermitência está impactando no atendimento precário em água, mas você acha que a relação com recursos hídricos...” Então, a gente quer ouvir esse tipo de contribuição pra saber exatamente qual a prioridade que tem que ter cada uma das estratégias.”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Obrigado, André, Samuel, Cotrim. A gente está no limite do nosso horário que é 18 horas. A gente era... eu já vou abrir uma exceção aqui para a Professora Cristina, em razão de toda a sua experiência, sua bagagem que, com certeza vai trazer uma contribuição importante para a gente. Por favor, professora!”

Sra. Cristina Brandão

“Marcelo, agradeço a deferência. Não vou lhe chamar de doutor, pois, de tantos anos que nos conhecemos e tantos outros aqui presentes. Vou parar com os elogios. O que eu percebi aqui, e eu vim basicamente para ouvir, tanto é que estou pedindo para falar agora, muito rapidamente, ao final. É que há de fato uma necessidade da expansão do prazo para essa Consulta Pública para enriquecermos. O que eu presenciei aqui, com essas poucas pessoas, porque nós somos poucos aqui, foi um debate muito rico! Eu cheguei com algumas ideias pré-concebidas e ouvi argumentos que me fizeram mudar de ideia. Esse debate pessoal, mais Audiências Públicas, é fundamental para o aprimoramento. E aí eu vou me dirigir diretamente ao Marcelo, que comentou que isso já estava sendo cogitado e falou de um prazo de 10 dias. Marcelo, eu queria, realmente, e acho que tem o apoio de todos aqui, refletir que 10 dias é muito pouco! Se fosse por mim, e da minha experiência que eu tenho com outros debates de revisão de legislação, como a minha participação na revisão da legislação de potabilidade e outras, quanto mais tempo a gente tiver para debater esse aprimoramento e essa incorporação do plano na realidade do desenvolvimento do saneamento, vai ser maior! Então, assim, minha fala é única e exclusivamente para reforçar a riqueza do debate de hoje com essas poucas pessoas e a necessidade de um prazo maior e, se for possível, mais do que 30 dias em detrimento até de algum outro cronograma que vocês vão ter que apertar internamente, isso vai com certeza enriquecer e melhorar. Porque a revisão quando ela é proposta no Plano, lá na portaria do padrão de potabilidade, ela é exatamente para viabilizar o debate. Ela não é posta como um instrumento burocrático de revisão de números. Ela é posta exatamente para enriquecer o debate. E é isso que eu queria falar. Por isso que eu pedi e estou cumprindo os meus dois minutos assim. Vamos estender esse prazo e, no máximo possível, vamos viabilizar mais debates! Porque sairemos todos mais enriquecidos e com uma revisão mais sólida. Era só isso o que eu queria dizer. Agradeço a sua deferência. Obrigada!”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Não por isso. Obrigado, Cristina! Bom pessoal, de fato a gente tem a limitação aqui do espaço que foi cedido para gente, que é 18 horas...”

[Intervenção da Sra. Tatiana Santana Timóteo Pereira (inaudível)]

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Bom, a Funasa está à frente desse trabalho, como você deve bem saber e talvez alguns de vocês também saibam. Esse trabalho, até onde a gente tem acompanhado, ele foi concluído na sua etapa de elaboração e está em Consulta Pública, aliás, e passou para Consulta Pública. E, pelo menos, das informações que a gente buscou junto à Funasa, esse processo, ele não foi concluído. Então, talvez você possa se informar melhor junto à Funasa o estágio que está. A gente trabalhou com as informações que a gente tinha até o momento.”

[Intervenção da Sra. Tatiana Santana Timóteo Pereira solicitando resposta a um questionamento feito pelo Sr. Guilherme da Silva Pereira e que não teria sido respondido (inaudível)].

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“O Guilherme podia fazer a pergunta, né? Porque senão fica portadora da mesma informação. Acho que não tem necessidade, né? O Guilherme é grandinho. Por favor, Guilherme, faça sua pergunta, Guilherme!”

[Intervenção do Sr. Guilherme da Silva Pereira (inaudível)]

Sr. André Braga Galvão Silveira

“Aquele texto do Programa de Saneamento Rural, se vocês olharem, até as ilustrações são do Programa Nacional de Saneamento Rural.”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Integralmente!”

Sr. André Braga Galvão Silveira

“Integral! A gente sabe que a metodologia para a definição de rural do Programa Nacional de Saneamento Rural, ela diverge da do IBGE, mas a gente deixou o texto explicando como o Programa Nacional de Saneamento Rural da Funasa estava entendendo, que são aquelas... aqueles setores censitários mais próximos do urbano mas com características rurais que a Funasa estava entendendo como rural. Então, essa terminologia, esse texto, a gente usou todo da Funasa porque a gente não queria burilar o texto que a Funasa encaminhou, a gente não queria detalhar aquele texto ou mudar aquele texto, porque ia cair numa responsabilidade de a gente estar fazendo um Programa Nacional de Saneamento Rural que é de competência do Ministério da Saúde. Então, o que eles encaminharam a gente colocou lá como texto, ok? É exatamente o que eles enviaram. Mas, esse programa, aí eu relembro, esse programa, ele não está aprovado. Porque ele passou pela Consulta Pública, mas não há ainda o relatório publicado, nenhum documento final dizendo: olha, depois da Consulta Pública o Programa é esse! Aprovado pela Funasa, pelo Ministério da Saúde. Isso aí ainda está pendente. Apesar disso, a gente usou o texto que a Funasa colocou.”

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Bom gente, agradeço mais uma vez aqui o TCU, o Instituto Serzedello Corrêa por ter cedido o espaço para a gente realizar essa segunda audiência, pela transmissão também. Eu acho que, apesar de não ter aqui o auditório cheio, a gente recebeu contribuições altamente qualificadas. Lembro mais uma vez, que a Consulta Pública está aberta. Então, a gente pede, mais uma vez, que encaminhem as contribuições dentro do formulário específico para essa finalidade. A gente vai trabalhar nessa proposta de prorrogação de prazo na expectativa de que a gente possa incorporar o máximo possível todas as contribuições que a gente vem recebendo. Obrigado pela presença de todos e todas! Bom fim de semana! Estamos à disposição de vocês lá no MDR. Obrigado!”

4. Encerramento

Finalizadas todas as contribuições e esclarecimentos, o Sr. Marcelo Lelis encerrou, então, às 18 horas, esta 2ª Audiência Pública da revisão do Plansab, agradecendo, mais uma vez, a participação de todos.